

CLÁUDIO ROBERTO BISCHOFF

**Análise dos jornais Pasquim e O Pasquim 21
nas eleições presidenciais de 1978 e 2002,
respectivamente**

Porto Alegre, novembro de 2005

CLÁUDIO ROBERTO BISCHOFF

**Análise dos jornais Pasquim e O Pasquim 21
nas eleições presidenciais de 1978 e 2002,
respectivamente**

Monografia apresentada como pré-requisito para a graduação em Comunicação Social, habilitação Relações Públicas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Orientadora: Professora Mestre Aline do Amaral Garcia Strelow.

Porto Alegre, novembro de 2005

**Análise dos jornais Pasquim e O Pasquim 21
nas eleições presidenciais de 1978 e 2002,
respectivamente**

Trabalho apresentado por Cláudio Roberto Bischoff no dia 12.12.2005 na sala 310 da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tendo sido aprovado com conceito final 'A'.

Banca examinadora:

Professora Mestre **Aline do Amaral Garcia Strelow**

(UFRGS)

Professor Doutor **Geraldo Valente Canali**

(UFRGS)

Professora Doutora **Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca**

(UFRGS)

Dedico este trabalho

a **Lázaro Boere** (o maior fã do **Ziraldo**, depois do pesquisador);

às respectivas mães: **Patrícia, Zizinha, Horacélia**;

ao meu **pai** e aos meus **filhos**;

ao tio **Chico**, vítima da meningite.

[grifos nossos, com **amor**]

Se tentasse agradecer a todos que ajudaram, esqueceria nomes.
Sintam-se incluídos na gratidão. Considerem-se representados no agradecimento a quem mais colaborou para realizar este trabalho: Aline do Amaral Garcia Strelow.
Muito obrigado a ela e a todos que deram alguma contribuição, por menor que esta possa parecer (a contribuição, não a monografia).

No momento em que escrevo, o Pasquim existe sempre [...].

(José Luiz Braga)

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender a cobertura jornalística de duas eleições presidenciais por dois jornais. O Pasquim retratou a eleição de João Baptista de Oliveira Figueiredo, em 1978. O Pasquim 21, em 2002, reportou a de Luiz Inácio Lula da Silva. A contextualização histórica, nos dois momentos, permite observar o posicionamento das publicações em relação às eleições noticiadas. A comparação possibilita classificar o projeto jornalístico do século 21 não como uma publicação diferente daquela de quem herdou o nome, mas como uma tentativa de reeditar o mais importante jornal da imprensa alternativa da década de 1970. A análise de conteúdo, além de comparar a cobertura eleitoral pelos dois jornais, permite classificá-los como integrantes – em sentido amplo – de um jornalismo *alternativo*.

Palavras-chave: Jornalismo; imprensa alternativa; Pasquim; O Pasquim 21; eleições Brasil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	
2.1. A história como método para a compreensão	11
2.2. Sucessões presidenciais	12
3 ‘JORNALISTAS E REVOLUCIONÁRIOS’	
3.1 <i>A imprensa alternativa</i>	28
3.2 <u>Pasquim</u> – o jornal que perdeu o artigo	30
3.3 <u>O Pasquim 21</u> : <i>nova imprensa alternativa?</i>	37
4 SOBRE A PESQUISA: MÉTODO, TÉCNICA, PARADIGMA, <i>CORPUS</i>	39
5 ELEIÇÕES VISTAS PELOS PASQUINS	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	89
ANEXOS	91

1 INTRODUÇÃO

Não deixe para amanhã o que você não vai fazer nunca.
(Ziraldo Alves Pinto)

Neste trabalho, comparamos as coberturas de duas eleições presidenciais brasileiras, por dois jornais. A escolha do general João Baptista de Oliveira Figueiredo por um colégio eleitoral, em outubro de 1978, e a eleição direta de Luiz Inácio Lula da Silva, em outubro de 2002, foram retratadas, respectivamente, pelos jornais Pasquim e O Pasquim 21. Para cada um desses acontecimentos, analisamos o conteúdo editorial de duas edições de um dos jornais – a anterior e a posterior à eleição noticiada.

O objetivo geral desta pesquisa é compreender a cobertura eleitoral em dois momentos distintos da história brasileira, pela *imprensa alternativa*, tendo como objeto de pesquisa os jornais Pasquim (1969-1991) e O Pasquim 21 (2002-2004). A razão para escolhê-los como assunto desta monografia é o interesse em comparar o Pasquim, um dos principais veículos da imprensa *nanica*, com sua nova versão, em diferente roupagem. Como objetivos específicos deste trabalho, citamos:

- Contar a história desses jornais, a partir de uma perspectiva comparativa de seu conteúdo editorial;
- Entender se O Pasquim 21 era encarado, pelos jornalistas que o fizeram, como uma continuação do Pasquim, ou se a do século 21 era uma nova aventura;

- descobrir se O Pasquim 21 pode ser considerado um jornal da *imprensa alternativa*.

Respostas a essas questões são buscadas através de um estudo comparativo que utiliza, como técnica, a análise de conteúdo, explanada por Laurence Bardin. O paradigma onde se insere esta pesquisa é o dos estudos históricos, na perspectiva da obra de Jacques Le Goff. Para contextualizar a cobertura das publicações analisadas, amparamo-nos em autores que ajudaram a contar a história do Brasil, da imprensa alternativa em geral e do Pasquim em particular.

Uma referência importante, neste estudo, é o conceito apresentado por Bernardo Kucinski em **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**: “[...] um conceito de imprensa alternativa como sendo ela própria um movimento de base. Um movimento de base jornalística, cuja reivindicação específica é a de praticar um determinado tipo de jornalismo possível apenas fora do mercado convencional” (2003, p. 156).

Embora analisemos um único aspecto do processo comunicacional envolvido num jornal – seu conteúdo –, não ignoramos a existência de inúmeros outros. No entanto, escolher um recorte significa delimitar o que está contido no objeto de pesquisa e, ao mesmo tempo, o que não está.

Entendemos ser bastante oportuna a comparação objeto desta monografia, decorridas duas décadas do fim do regime militar, que durou outras duas. A eleição de Lula foi a única do período em que existiu O Pasquim 21. A escolha de Figueiredo ocorreu no auge da trajetória do Pasquim. Libertado da censura prévia, o jornal podia, enfim, dizer o que queria.

Se não podia, ao menos tentava. Na capa da edição 428, estampou: “Um jornal que quer poder dizer o que quer” (BRAGA, 1991, p. 77).

Uma pesquisa em acervos de bibliotecas e museus deve muito aos profissionais que aí trabalham. Agradecemos aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS e do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa pelo acesso aos jornais analisados e livros consultados. Queremos, com este trabalho, contribuir para que as publicações analisadas sejam mais conhecidas, sobretudo por estudantes de Comunicação. Consideramos importante que elas estejam à disposição de quem queira conhecer – e usar como fonte de pesquisa – esse que, com muita graça, foi um dos jornais mais sérios que o país já teve.

Com o tema, buscamos inter-relacionar assuntos de interesse pessoal: a política, a imprensa alternativa, a Universidade. Em 1984, de cima da pirâmide que assinala o marco zero, no paço municipal de Porto Alegre, o autor assistiu ao Comício das Diretas. No mesmo ano, ingressou na UFRGS, filiou-se ao Partido dos Trabalhadores e conheceu o Pasquim – não necessariamente nessa ordem.

O tema da monografia – que melhor caberia num trabalho de conclusão do curso de Jornalismo – há muito estava escolhido. A definição do recorte ocorreu com o término da segunda publicação objeto deste estudo. No primeiro número do jornal, em junho de 1969, Millôr Fernandes desejou “longa vida a essa revista” (KUCINSKI, 2003, p. 25). Em nossa memória, o Pasquim será eterno.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Do relato que se seguirá não se extrairá teoria alguma.
[...]

Os fatos não condenam nem absolvem. Acontecem,
simplesmente.

(Carlos Chagas)

2.1 A HISTÓRIA COMO MÉTODO PARA A COMPREENSÃO

Comparar a cobertura das eleições de Figueiredo e de Lula para a presidência da República pelos jornais Pasquim e O Pasquim 21, respectivamente, obriga a contextualizar esses acontecimentos, cuja compreensão plena exigiria ampla retrospectiva. Neste capítulo, arrolamos fatos, circunstâncias e depoimentos que, apontados por jornalistas, historiadores e personagens, podem auxiliar na análise. Figueiredo, quinto presidente militar desde o golpe de 1964, escolhido em 1978 por 355 pessoas, encerrou o ciclo ditatorial. Lula, eleito em 2002, num período de normalidade democrática, obteve 52.793.364 votos.¹

O ponto de partida desta pesquisa é a inserção do Brasil num contexto mundial que, nas décadas de 1960 e 1970, impôs regimes militares a várias nações. A ditadura no Brasil não era um caso isolado. No cenário internacional encontrado por Ernesto Geisel, antecessor de Figueiredo na presidência, “a América do Sul estava praticamente loteada entre generais.

¹ Cf. <http://www.tse.gov.br/sieeseireweb/seire.jsp?modulo=RE&anoConexao=2002>, acessado em 11.10.2005

No Uruguai mandavam pela mão de um presidente civil. Na Argentina o caudilhismo peronista renascera nas urnas. Havia ditaduras velhas, como a do Paraguai, recentes como a chilena, esquerdistas como a peruana e direitistas como a boliviana” (GASPARI, 2003, p. 338).

2.2 SUCESSÕES PRESIDENCIAIS

O regime instalado em março de 1964 colocou na presidência, até 1985, cinco generais. Foi a mais longa, mas não a primeira intervenção militar na política brasileira. O Positivismo, doutrina do francês Auguste Comte que via na ditadura a melhor forma de governo, inspirou essa participação, o lema da nossa bandeira e a proclamação da República.

Em outubro de 1960, Jânio da Silva Quadros, da União Democrática Nacional (UDN), venceu a última eleição presidencial antes do golpe de 1964. O vice eleito, João Belchior Marques Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), concorreu por outra chapa. Jânio, que prometera “varrer a ordem política de que Jango era produto”, renunciou em agosto de 1961 (GASPARI, 2002, p. 47). Blefava, tentando obter mais poderes. Achou que os militares e a sociedade não aceitariam sua saída por implicar a posse de Goulart, mas o Congresso nomeou interinamente o presidente da Câmara.

Os ministros militares, que acusavam Jango de tentar implantar no Brasil uma “república sindicalista”, vetaram sua posse. A crise dividiu o país, a imprensa e os militares. O governador gaúcho, Leonel de Moura Brizola, liderou movimento pela legalidade com apoio do III Exército. Para evitar uma guerra civil, foi adotada a “solução parlamentarista”:

Jango tomou posse com poderes reduzidos. Em janeiro de 1963, em plebiscito, 76% dos 12,7 milhões de votantes pediram a volta do presidencialismo.

Jango propôs reformas que a esquerda pedia e a direita temia. O país polarizou-se: o presidente era “incendiário” para uns; “frouxo” para outros (BUENO, 2003, p. 358). Entre as reformas, estava a permissão para soldados votarem e sargentos serem eleitos. Em setembro de 1963, cerca de 500 sargentos, cabos e praças tomaram o Ministério da Marinha e outros pontos de Brasília, protestando contra decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerava inelegível um sargento eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul. O saldo foi de dois mortos e vários feridos (PINHEIRO, 1993, p. 67-8).

Para pressionar o Congresso a aprovar as reformas, Jango decidiu fazer grandes comícios. O primeiro, em 13 de março de 1964, reuniu perto de 200 mil pessoas defronte à estação Central do Brasil. No dia 25, marinheiros pediram melhores salários e elegibilidade. Foram presos e Jango mandou soltá-los. No dia 30, homenageado numa assembléia de sargentos que lhe pediam para “mandar brasa”, discursou: “Não admitirei o golpe dos reacionários” (GASPARI, 2002, p. 65). O general Olympio Mourão Filho, que o assistia pela televisão, decidiu marchar com suas tropas de Juiz de Fora, MG, rumo ao Rio de Janeiro.

As razões para depor Goulart eram seu suposto comunismo, a quebra da hierarquia nas forças armadas e o contragolpe a um golpe da esquerda. Miguel Arraes, governador de Pernambuco, alertara: “Um golpe virá. De lá ou de cá, ainda não sei”. Brizola também: “Se não dermos o golpe, eles o darão contra nós” (idem, p. 51). Jango não reagiu para evitar derramamento de sangue.

O golpe não foi só militar – havia conspiradores civis, como os governadores de Minas Gerais, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. A sociedade também participou. Em São Paulo, 500 mil pessoas marcharam contra as reformas; no Rio, 1 milhão saudaram o novo regime. O general Humberto de Alencar Castello Branco, moderado com bom trânsito na linha dura, foi escolhido para completar o mandato de Jango. Era o único capaz de unir “modernizadores” e “tradicionalistas” – um grupo a favor do binômio “segurança e desenvolvimento”, o outro querendo combater o comunismo. Tomou posse em abril, após um ato institucional que cassou os direitos políticos de Goulart, Brizola, Jânio e mais 99 brasileiros. Miguel Arraes era um dos milhares já presos (BUENO, 2003, p. 363-70).

O mandato de Castello logo foi prorrogado por um ano. O pleito presidencial de 1965 foi adiado, mas houve eleição para governador em 11 estados. Os radicais quiseram desacatar o resultado desfavorável aos militares. O general Arthur da Costa e Silva negociou a solução: os eleitos seriam empossados, mas futuras eleições seriam indiretas. O pluripartidarismo deu lugar a duas legendas: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), “ambos feitos para obedecer” (CHAGAS, 1985, p. 201). Em outubro de 1966, Costa e Silva foi eleito presidente. Para evitar que ele endurecesse ainda mais o regime, Castello Branco promulgou nova constituição que consolidava os atos institucionais; lei de imprensa que a cerceava; lei de segurança nacional que restringia as liberdades civis. Apesar do legado, Castello tem fama de moderado – principalmente se comparado ao sucessor.

O governo de Costa e Silva foi marcado pela agitação estudantil. Em março de 1968, policiais militares invadiram o restaurante universitário Calabouço, no Rio. Mataram o secundarista Edson Luis de Lima Souto, cujo enterro reuniu cerca de 50 mil pessoas. Em

junho, PMs espancaram alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pisoteando e urinando sobre alguns deles (GASPARI, 2002, p. 293). O povo enfrentou a polícia nas ruas do Rio. Do alto de edifícios, foram jogados cinzeiros, cadeiras e até uma máquina de escrever. No confronto, morreram três estudantes e um policial. Artistas, trabalhadores, estudantes, professores, religiosos e intelectuais fizeram a “Passeata dos 100 mil”. Em agosto, PMs e agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) invadiram a Universidade de Brasília (UnB) com metralhadoras. O governo acabou com o movimento estudantil em outubro, ao prender cerca de mil estudantes que, clandestinamente, realizavam o 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE) num sítio em Ibiúna, SP.

Em setembro, o deputado carioca Marcio Moreira Alves, do MDB, condenou a invasão da UnB. Sugeriu aos pais que os filhos não desfilassem na Semana da Pátria; às mulheres, que não namorassem militares. O governo quis processá-lo, mas a Câmara não autorizou. Em dezembro, Costa e Silva mandou “às favas [...] todos os escrúpulos de consciência” (idem, p. 337). Fechou o Congresso e instalou a ditadura plena, através do ato institucional número 5, que lhe dava poderes para legislar sobre qualquer matéria, cassar direitos políticos, aposentar funcionários públicos, intervir nos estados e suspender o *habeas corpus* – e ele fez tudo isso. Começavam os “anos de chumbo”. Paulo Francis avaliou a radicalização:

Dizer, por exemplo, que houve vinte anos de ditadura, de 1964 a 1984, talvez seja legalmente correto, mas é falsificação histórica. Entre 1964 e 1968 houve muita liberdade. Faltou, certamente, democracia, mas veio uma politização nunca vista no meu tempo de vida. Esses foram os anos do Teatro Opinião, das passeatas, dos manifestos [...]. Quando tudo parecia encaminhado a uma solução

democrática e próspera – sim, porque o país crescia em média 10% ao ano –, de repente baixou o policialismo mais abrangente do período militar. Por quê? Nunca descobri. Espero por historiadores que respondam (1994, p. 8).

O governo suspendeu as eleições em todos os níveis. Em agosto de 1969, vítima de trombose cerebral, Costa e Silva deixou o cargo. Os ministros vetaram a posse do vice-presidente civil, Pedro Aleixo. Uma junta militar assumiu o poder. Poucos dias depois, o embaixador norte-americano foi seqüestrado – o resgate exigido foi a libertação de 15 presos políticos. O governo editou mais dois atos institucionais: um permitindo banir quem ameaçasse a segurança nacional, outro criando a pena de morte.

O terceiro presidente do ciclo militar foi o general Emílio Garrastazú Medici. Na posse, em outubro de 1969, prometeu combate sem tréguas ao “terrorismo”. A luta armada resistiu ainda por dois anos – exceto na região do Araguaia, onde durou até 1975. A repressão criou, nos porões dos quartéis, uma estrutura paralela de poder. Impunes, torturadores agiam por conta própria. Geisel, que sucedeu Medici, pensava que “[...] a tortura, em certos casos, torna-se necessária, para obter confissões [...] e, assim, evitar um mal maior” (D’ARAÚJO et alii apud PRIORE e VENÂNCIO, 2004, p. 372). O tenente-coronel Helio Ibiapina, do IV Exército, certa vez disse a d. Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife: “Nunca neguei que as torturas existissem. [...] Nós torturamos para não fuzilar.” (GASPARI, 2002, p. 136).

O país vivia o “milagre econômico”. De 1968 a 1974, com pleno emprego, o produto interno bruto (PIB) nacional cresceu em média 11% ao ano. O governo reprimia o movimento sindical, dizendo que faria o bolo crescer para depois dividi-lo. O serviço de relações públicas de Medici explorava aspectos que o identificassem com a população, como sua presença em

estádios de futebol. A censura rigorosa era a outra face desse trabalho. Se a população, desinformada, pudesse votar, Medici provavelmente elegeria o sucessor. Como ela não podia, ele aceitou que Geisel, do grupo moderado, fosse o próximo presidente.

Nenhum adversário teria chance contra o candidato da Arena; por isso, o MDB lançou o “anticandidato” Ulysses Guimarães. Ao fim da campanha, que usou para denunciar o regime, ele obteve 76 votos, contra 400 dados a Geisel. Houve 20 abstenções, do grupo “autêntico” do MDB, que não quis legitimar a [anti-]eleição (PILAGALLO, 2002, p. 136). Na posse, em março de 1974, Geisel prometeu uma abertura lenta, gradual e segura. Para efetivá-la, precisaria convencer a sociedade e evitar a reação da linha dura.

Em novembro, o MDB elegeu mais de um terço da Câmara, conquistou 16 das 22 cadeiras em disputa no Senado e obteve maioria nas assembleias legislativas paulista, gaúcha e carioca. João Baptista de Oliveira Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), avaliou o resultado: “[...] Povo de *merda*, que não sabe votar” (GASPARI, 2003, p. 474). Os radicais aumentaram a repressão, para evitar a abertura. Em outubro de 1975, torturaram e mataram o jornalista Vladimir Herzog e, em janeiro de 1976, o metalúrgico Manuel Fiel Filho. Geisel trocou o comandante do II Exército, um *duro*, por um moderado.

Em 1976, a Lei Falcão limitou a campanha dos pleitos municipais a fotografias dos candidatos, proibindo o debate público. O governo temia a derrota na eleição de 1978, para o Congresso e governadores. Com o Pacote de Abril, em 1977, Geisel pôs o Congresso em recesso; criou os senadores “biônicos”, que não precisavam de votos; eliminou a exigência de dois terços para mudar a constituição; alterou a duração do mandato presidencial de cinco para seis anos. Em outubro, demitiu o ministro do Exército Sylvio Frota, que tentava impor-se

como candidato da linha dura. Geisel o substituiu por um aliado e indicou outro à sucessão presidencial: o general João Figueiredo, escolhido para dar continuidade à abertura.

Em 15 de outubro de 1978, Figueiredo recebeu 355 votos, contra 266 do general Euler Bentes Monteiro, do MDB. Um mês depois, houve eleições parlamentares e para os governos estaduais. O MDB teve mais votos, mas perdeu para a Arena – os senadores biônicos deram maioria ao governo. No primeiro dia de 1979, Geisel revogou o AI-5, que em dez anos punira 1.607 cidadãos, 321 com a cassação. Em lugar das prerrogativas do AI-5, ele deixava para o sucessor as “salvaguardas”, que lhe permitiriam decretar estado de emergência em caso de ameaça subversiva (PILAGALLO, 2002, p. 147).

Figueiredo, egresso da Cavalaria, fizera carreira na “comunidade de informações”. Junto com Aureliano Chaves, o vice civil, tomou posse em 15 de março de 1979 – para fazer do país uma democracia, conforme discursou. Não se sabe o que o general entendia por democracia, já que dissera que o povo não sabia votar. Suas declarações revelam sua visão sobre algumas questões sociais e políticas: “Prefiro cheiro de cavalo a cheiro de povo”; “Se ganhasse salário mínimo, eu dava um tiro no coco”. Figueiredo faria a democracia, “nem que fosse à força”. Quem fosse contra a abertura, ele “prendia e arrebetava” (idem, p. 148).

Figueiredo sancionou em agosto de 1979 uma lei que anistiou cerca de 5 mil pessoas, inclusive torturadores. A extrema direita, contrária à redemocratização, cometeu quase 50 atentados terroristas em 1980. Em agosto, uma bomba na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) matou uma funcionária. O atentado mais grave foi em 30 de abril de 1981, no Riocentro. Mais de 20 mil pessoas comemoravam o Dia do Trabalho quando uma bomba explodiu num carro, matando um sargento e ferindo gravemente um capitão do exército. O

inquérito concluiu que foram vítimas de uma armadilha. Mesmo impune no episódio, a linha dura saiu da cena política.

A equipe econômica de Figueiredo manipulou índices inflacionários, evitando reajustes aos trabalhadores. A partir de 1979, uma onda de greves reivindicou reposição salarial. Na véspera da posse, 14 de janeiro, uma assembléia em São Bernardo do Campo, SP, reuniu aproximadamente 80 mil pessoas. Os organizadores do ato foram cassados – entre eles, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da cidade, Luiz Inácio da Silva.

Lula acabou retornando à presidência do sindicato e conseguiu fechar um acordo que significou algum ganho para a categoria, ainda que modesto e muito aquém das reivindicações. De qualquer maneira, a partir desse momento se tornou uma figura de projeção nacional – grevistas de várias categorias em muitos pontos do país requisitavam sua presença (idem, p. 156).

No ano seguinte, a greve dos metalúrgicos foi considerada ilegal. Com base na Lei de Segurança Nacional, Lula ficou preso 30 dias. Virou herói das esquerdas, fama que o empurrou para a política partidária.

No final de 1979, Figueiredo promoveu a reforma partidária. A Arena virou Partido Democrático Social (PDS); o MDB tornou-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Para representar o trabalhismo, Brizola tentou recriar o partido a que pertencia antes do golpe – o PTB. Perdeu a disputa judicial pela sigla para Ivete Vargas, sobrinha-neta de Getúlio, e fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 1980, intelectuais e sindicalistas fundaram o Partido dos Trabalhadores (PT). Foram criados, ainda, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Liberal (PL). Na eleição de 1982 – em que foram escolhidos governadores, senadores, deputados,

prefeitos e vereadores –, o governo obrigou ao voto em candidatos de um mesmo partido. A oposição teve mais votos, mas o PDS fez maioria no Congresso. Foram eleitos 12 governadores do PDS, 10 do PMDB e um do PDT.

Em março de 1983, o deputado Dante de Oliveira (PMDB-MT) apresentou emenda constitucional propondo eleição direta para presidente. Intensa mobilização popular tomou o país. Comícios reuniram multidões, de janeiro a abril de 1984. Na Câmara, a emenda obteve 298 votos favoráveis, faltando 22 para os dois terços necessários. 65 deputados votaram contra e 115 se ausentaram.

Para a disputa indireta, o PDS escolheu Paulo Salim Maluf; o PMDB lançou Tancredo de Almeida Neves. Em janeiro de 1985, Tancredo obteve 480 votos; Maluf, 180. Os dissidentes desses dois partidos criaram o Partido da Frente Liberal (PFL). O Brasil voltaria a ter um presidente civil, após um regime que – segundo a Arquidiocese de São Paulo – cometera 144 assassinatos e 125 “desaparecimentos” (PILAGALLO, 2002, p. 129).

Horas antes da posse, em março, Tancredo foi hospitalizado para uma cirurgia, sendo empossado somente o vice – José Sarney, ex-presidente do PDS. Tancredo piorou, sofreu outras cirurgias e faleceu em 21 de abril. Sem o mesmo apoio popular, Sarney obrigou-se a fazer reformas que Tancredo talvez não fizesse. Para conter a inflação, em fevereiro de 1986 lançou o Plano Cruzado, que mudou a moeda e congelou preços e salários. O plano aumentou a confiança no governo e criou terreno favorável à Assembléia Nacional Constituinte. Em novembro, o PMDB elegeu os governadores de todos os estados, menos Sergipe, e obteve maioria na Câmara e no Senado. Uma semana depois da eleição, Sarney acabou com o congelamento.

A partir de fevereiro de 1987, deputados e senadores eleitos compuseram, ao mesmo tempo, o Congresso e a Constituinte. Divergências racharam os partidos de centro e de direita (PMDB, PFL, PDS, PTB e PL), criando o “Centrão”, grupo que aprovou as medidas mais conservadoras da nova carta. A esquerda (PDT, PCB, PCdoB e PT) atuou em bloco, obtendo importantes vitórias. Um grupo do PMDB quis romper com o governo – o que não aconteceu – e fundou, em junho de 1988, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Promulgada em outubro, a Constituição restringiu o poder das forças armadas à garantia dos poderes constitucionais; facultou o voto aos analfabetos e maiores de 16 e menores de 18 anos; estabeleceu dois turnos para eleições presidenciais, de governadores e prefeitos, em municípios com mais de 200 mil eleitores.

Em novembro, a oposição venceu as eleições municipais na maioria das grandes cidades. O resultado mostrava rejeição ao governo Sarney e descrença nos políticos, mas significava também a polaridade necessária à representação política. A sociedade estava aceitando propostas apresentadas por pessoas até então restritas ao campo sindical ou aos movimentos urbanos (RODRIGUES, 1994, p. 30).

Em 1989, após 29 anos, os brasileiros puderam novamente eleger o presidente da República. Entre os 22 candidatos, estavam Ulysses Guimarães, do PMDB; Mário Covas, do PSDB; Maluf, do PDS, e Roberto Freire, do PCB. Fernando Collor de Mello, pela direita, e Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, pela esquerda, polarizaram a disputa. Collor fora prefeito de Maceió, nomeado pela Arena, e deputado pelo PDS. Eleito governador de Alagoas pelo PMDB, fez fama como “caçador de marajás”, os funcionários públicos bem remunerados. Concorria por uma coligação de partidos nanicos que tinha à frente o Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

Lula, do PT, líder operário e deputado constituinte mais votado do Brasil, formava com o PCdoB e o PSB (Partido Socialista Brasileiro) a Frente Brasil Popular. O lema “sem medo de ser feliz” empolgou muitos militantes. Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), acusou Lula de espalhar pânico entre os empresários, que sairiam do país caso ele fosse eleito. Brizola concorria pelo PDT.

Em 15 de novembro, Collor e Lula passaram para o segundo turno. No “vale-tudo” da campanha de Collor, uma ex-namorada de Lula foi paga para revelar que ele oferecera dinheiro para que ela interrompesse uma gravidez. Dois dias depois, em debate na televisão, ele se recusou a apertar a mão de Collor. O mau desempenho de Lula, visivelmente nervoso, foi “piorado” na edição seguinte do **Jornal Nacional**, da TV Globo, favorecendo Collor (PILAGALLO, 2002, p. 182-4). Na véspera do segundo turno, 16 de dezembro, foi divulgado o seqüestro do empresário Abílio Diniz, ocorrido há cinco dias. Alguns dos acusados foram apresentados à imprensa usando camisetas do PT, que disseram ter sido obrigados a vestir (RODRIGUES, 1994, p. 36).

Collor obteve 35 milhões de votos; Lula, 31 milhões. Em sua “Carta aos brasileiros”, dirigida aos que fizeram “a mais bela campanha popular que o país já viu”, o petista ressaltou o grau de participação dos trabalhadores; a sua convicção de continuar lutando por uma nova sociedade; a disposição de manter-se na oposição “a todas as formas abertas ou disfarçadas de tirania” (idem, p. 36-7). Fernando Collor de Mello e Itamar Augusto Cautiero Franco tomaram posse em março de 1990. Collor mudou a moeda para cruzeiro, aumentou impostos e confiscou a poupança da população. Em um quadro com inflação alta, recessão e desemprego, as crises se sucederam, incluindo casos extraconjugais entre ministros e aceitação de suborno por um deles (PILAGALLO, 2002, p. 184-9).

O tesoureiro de campanha de Collor, Paulo César Farias, intermediava negócios de empresários com o governo, cobrando comissões e fazendo chantagens e extorsões. Em maio de 1992, Pedro Collor, entrevistado pela revista Veja, associou o irmão ao esquema de Farias. Em junho, o motorista da secretária do presidente revelou que as contas deste eram pagas por PC Farias. Collor negou as acusações, pedindo que a população vestisse as cores da bandeira para lhe apoiar. O país se vestiu de preto. Estudantes pintaram os rostos com palavras de ordem e foram às ruas, defendendo o “fora Collor”. Em votação na Câmara, 441 votos foram favoráveis ao impeachment e 38 contrários. Em 2 de outubro, com a renúncia de Collor, assumiu o vice-presidente, Itamar Franco (idem, p. 190-7).

Antônio Carlos Magalhães, governador da Bahia, tentava conturbar o ambiente, acenando com a ruptura institucional: “Se a Constituição for rasgada para afastar o presidente, evidentemente que ela vai ser rasgada também para afastar o vice” (idem, p. 199). O governo de Itamar foi marcado pelo debate sucessório, em pauta devido à consulta popular, definida na Constituição, que escolheria entre monarquia e república presidencialista ou parlamentarista. O plebiscito, em abril de 1993, mobilizou o PSDB a favor do parlamentarismo e o PT contra. O presidencialismo venceu com 55% dos votos, precipitando a corrida sucessória (idem, p. 201-2).

Para debelar a inflação fora de controle, em maio Itamar convocou Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, para o ministério da Fazenda. Ele planejou substituir a moeda desvalorizada por um indexador estável e, depois, por uma nova moeda – o real. As dificuldades econômicas, no entanto, preocupavam menos que a instabilidade política. O presidente ameaçava renunciar e convocar eleições gerais. Falou-se, inclusive, na

possibilidade de um golpe como o que Alberto Fujimori dera no Peru, em 1992, fechando o Congresso e governando com os militares (idem, p. 203-5).

Para consolidar a nova moeda, era preciso que o Congresso aprovasse uma emenda constitucional. Partidos que apoiassem o plano estariam impulsionando a candidatura de Fernando Henrique, que já admitia disputar a eleição de outubro de 1994. Seus aliados teriam direito aos eventuais dividendos eleitorais. O PT negou-lhe apoio, inviabilizando uma aliança à esquerda. O PFL ajudou a aprovar a emenda e Marco Maciel ganhou a vaga de candidato à vice-presidência na chapa de centro-direita (idem, p. 206-7).

As perspectivas eleitorais do PSDB melhoraram com o lançamento do real, em julho de 1994. Lula acusou o plano de eleitoreiro, mas seu sucesso surpreendeu e a aprovação popular aumentou. No primeiro mês, a inflação caiu de mais de 50% para menos de 7%. A popularidade de Fernando Henrique subiu na proporção inversa – logo empatou com Lula nas pesquisas de intenção de voto, que antes apontavam vitória do PT no primeiro turno. A eleição ficou polarizada entre Lula e Fernando Henrique, que em 3 de outubro obteve 54,3% dos votos, contra 27% dados ao petista (idem, p. 209-12).

Fernando Henrique tomou posse em janeiro de 1995, considerando o combate à injustiça social o objetivo número um do seu governo. A estabilização econômica gerou crise no setor bancário, acostumado ao lucro fácil dos tempos de inflação alta. Para evitar quebraadeira generalizada, o governo criou um programa de ajuda aos bancos, provocando fortes críticas da oposição (idem, p. 213-5).

Passado o segundo turno das eleições municipais de 1996, a discussão da reeleição dominou o Congresso – se aprovada, emenda constitucional permitiria que o presidente,

governadores e prefeitos pudessem se reeleger. A idéia, segundo Pilagallo, só não fora aprovada antes porque Lula poderia ser o primeiro beneficiado. O assunto paralisou o Congresso e o transformou num balcão de negócios. Em troca da aprovação, o governo oferecia cargos e favores. Dois deputados que venderam o voto admitiram ter recebido 200 mil reais cada. Foram expulsos do PFL e renunciaram ao mandato (idem, p. 215-6).

Em outubro de 1998, pela primeira vez na história da República um presidente disputou a reeleição. Desde o início da campanha, Fernando Henrique foi o favorito. Lula relutou em assumir a candidatura: “Eu não sei se sou candidato. O PT lançou minha candidatura” (idem, p. 221). Leonel Brizola, do PDT, foi o candidato a vice-presidente. O governo, investido do papel de “guardião do real”, lançou uma campanha publicitária em que o combate à inflação se confundiu com a propaganda política. Até novas moedas foram lançadas (idem, p. 222).

Fernando Henrique era associado à modernização, pela internacionalização da economia e pelas privatizações que promovia, enquanto Lula era visto como “radical”. Manifestantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), central sindical ligada ao PT, enfrentaram a polícia defronte à Bolsa de Valores do Rio, no leilão da Telebrás. Com as pesquisas lhe atribuindo mais intenções de voto do que a soma de todos os adversários, Fernando Henrique não se arriscou a participar de debates na televisão. Elegeu-se no primeiro turno, com 53% dos votos. Lula obteve 31,7% – mais do que na disputa anterior (idem, p. 222-4).

O segundo governo de Fernando Henrique foi marcado por forte crise cambial; enfrentamentos com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); ruptura da

base parlamentar; “apagão” no setor elétrico, produzindo impacto recessivo; denúncias de corrupção; desemprego crônico – fatores que fizeram sua popularidade despencar. Diante desse quadro desolador, seria previsível que as esperanças se voltassem para Lula. Em 1989, ele chegara perto; em 1994, perdera para o real; em 1998, para a aparente estabilidade econômica. Todas as projeções o colocavam no segundo turno da eleição de 2002 (idem, p. 226-8).

Para viabilizar-se eleitoralmente, Lula adotou nova imagem e discurso renovado. Abrandou a retórica radical e tornou o programa de governo mais confiável para a classe média, empresários e conservadores em geral. Fernando Henrique chegou a afirmar: “Nossas diferenças com o PT são muito mais uma questão de disputa pelo poder do que de ideologia” (idem, p. 228). O PT aliou-se ao PL, que indicou o empresário José Alencar à vice-presidência. A coligação serviria para aumentar a base aliada no Congresso – mesmo um pequeno partido teria muitos votos ao disputar eleição dessa importância – e simbolizaria a proposta petista de fazer um governo de coalizão.

Os principais adversários de Lula foram José Serra, do PSDB, Ciro Gomes, do PPS (Partido Popular Socialista), e Anthony Garotinho, do PDT. Emir Sader escreveu que o eleitor tenderia a votar em “quem afirme a continuidade de estabilidade econômica, mas que prometa mais políticas sociais” (O Pasquim 21, edição 120, de 21.08.2004, p. 3). Lula disputou o segundo turno com José Serra. O ex-ministro da Saúde de Fernando Henrique podia ser associado à tese de continuidade econômica, mas Lula prometeu mais políticas sociais – ou as que prometeu sensibilizaram o eleitor mais do que as do adversário. 52,7 milhões de brasileiros deram a ele mais de 61% dos votos válidos. Discursou: “Fui eleito pelo PT, mas serei o presidente de todos os brasileiros” (idem, p. 10). No Congresso, mais da metade das

bancadas foi conquistada pelos aliados do governo anterior: PSDB, PFL, PMDB e PP (Partido Progressista). A ampliação do quadro de alianças seria necessária, para viabilizar o novo governo (PRIORE e VENÂNCIO, 2004, p. 392).

A entrega da faixa presidencial, no primeiro dia de 2003, não foi um gesto corriqueiro. Antes disso, o último presidente eleito a transmitir o cargo a um sucessor também eleito foi Juscelino Kubitschek de Oliveira, que em 1961 passou a faixa a Jânio Quadros. Acreditamos, como Pilagallo, que “a democracia no Brasil, apesar de consolidada, está por atingir o pleno amadurecimento” (2002, p. 229). A história da democracia está ainda em seu início.

O programa econômico do governo anterior está sendo mantido por Lula. O pagamento de juros sobre a dívida pública consome recursos que poderiam ser investidos na área social. O principal projeto nessa área é o *Fome Zero*, baseado na constatação de que mais de 40 milhões de brasileiros vivem na miséria (PRIORE e VENÂNCIO, 2004, p. 386-92). Os autores do **Livro de ouro da história do Brasil** especulam: “Resta saber se esta mudança representará uma ruptura estrutural [...] ou será, ela própria, subjugada e subordinada pela escolha de um modelo de desenvolvimento econômico dependente e periférico” (idem, p. 15). Assim como Paulo Francis, esperamos por historiadores que respondam (1994, p. 8).

3 ‘JORNALISTAS E REVOLUCIONÁRIOS’²

Se não houver frutos, valeu a beleza das flores; se não houver flores, valeu a beleza das folhas; se não houver folhas, valeu a intenção da semente. (Henrique de Souza Filho, o *Henfil*)

3.1 A *IMPrensa ALTERNATIVA*

Diversos estudos sobre imprensa citam o significado da palavra “alternativa” como algo desvinculado das políticas dominantes. O filólogo Antônio Houaiss mostra que “alternativo” também designa “aquilo que tem o poder de alterar”. A segunda edição do Aurélio consagrou a “imprensa alternativa” como exemplo de contraposição a interesses dominantes (apud KUCINSKI, 2003, p. 13). A imprensa alternativa pode não ter tal poder, mas tenta transformar algum aspecto da realidade. Essa intenção já basta para que queiramos conhecê-la para além do contido em dicionários.

Rivaldo Chinem avalia que a imprensa *nanica* – assim chamada pelo formato tablóide da maioria dos jornais alternativos – era formada por cerca de 300 títulos, que existiram entre 1964 e 1980. Também chamada “de leitor”, “independente” e *underground*, “a única imprensa que fazia perguntas” tinha a coragem como característica (2004, p. 7). Para Bernardo Kucinski, a “imprensa alternativa dos anos de 1970” consistiu em “cerca de 150

² ‘Jornalistas e revolucionários’ é parte do título do livro de Bernardo Kucinski, **Jornalistas e revolucionários no tempo da imprensa alternativa**.

periódicos que tinham como traço comum a oposição intransigente ao regime militar” (2003, p. 13). Esses jornais, destoando do discurso da grande imprensa, cobravam a volta à democracia e o respeito aos direitos humanos.

A imprensa alternativa teve outros surtos, no Brasil. Durante o período da Regência, por exemplo: em 1830, havia cerca de 50 pasquins irreverentes e panfletários. Entre 1880 e 1920, existiram quase 400 jornais operários e anarquistas (idem, p. 21). Imprensa alternativa sempre existiu – na década de 1970 é que teve esse nome. Seu surgimento pode ser encarado como “uma das últimas grandes manifestações da utopia no Brasil” (idem, p. 28).

Após o golpe militar de 1964, o único grande jornal onde os humoristas cariocas podiam criticar o autoritarismo era o Correio da Manhã. A falta de espaço na imprensa fez surgirem jornais alternativos, de resistência democrática. O Pif-Paf, de Millôr Fernandes, lançado em maio de 1964, foi o primeiro. Os *nanicos* surgiram em gerações sucessivas. A primeira fase foi até 1966. Na segunda, a partir de 1967, nasceram O Sol, Poder Jovem e Amanhã. Na terceira, iniciada em 1969, apareceram os primeiros semanários de circulação nacional, como Pasquim e Opinião. Além do discurso, também eram “alternativas” as concepções mercadológicas de alguns deles, a começar pela aversão ao lucro. Para estar em bancas de todo o país, pagavam altas comissões aos distribuidores. Alguns tinham prejuízo constante.

3.2 PASQUIM – O JORNAL QUE PERDEU O ARTIGO ³

O Pasquim surgiu após o fechamento, em 1967, de espaços de humor criados como suplementos alternativos em publicações convencionais: o Cartum JS, no Jornal dos Sports; O Centavo, na revista O Cruzeiro; Manequinho, no Correio da Manhã. Lançado em junho de 1969 por Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Claudius, Carlos Prósperi e Luiz Carlos Maciel, o jornal teve a adesão de Millôr Fernandes e Ziraldo já no primeiro número. Em seguida, vieram também Paulo Francis, Fortuna, Henfil, Ivan Lessa, Newton Carlos, Cacá Diegues... Alguns dos colaboradores eram Jô Soares, Odete Lara, Vinicius de Moraes, Glauber Rocha, Chico Anysio; do exílio, Chico Buarque e Caetano Veloso.

O primeiro número traz uma carta de Millôr: “Independente, é? Vocês me matam de rir. Se essa revista for mesmo independente não dura três meses. Se durar três meses não é independente. Longa vida a essa revista!” (BRAGA, 1991, p. 25). Em nenhum momento tiveram ilusão de que não fosse destinado a uma vida efêmera. Com uma fala que se caracteriza pelo humor, a proposta do jornal é difundir o riso num período difícil da história. Mais lúdico do que explicitamente político, o Pasquim “é um órgão tagarela, falando de tudo, que no seu humor giratório não poupa nem a si próprio” (idem, p. 8-9).

Kucinski classifica os jornais alternativos em “políticos” ou “existencialistas” – enquanto uns cultuavam o *nacional* e o *popular*, outros rejeitavam a primazia ideológica (2003, p. 14-5). Tanto os jornais partidários quanto os nascidos por impulso jornalístico

³ Em janeiro de 1977, por sugestão de Ziraldo, foi eliminado o artigo definido do nome do jornal, até então O Pasquim. Por uma questão de uniformidade e para melhor diferenciá-lo de seu sucessor, referimo-nos a ele sem o artigo, desde o início (KUCINSKI, 2003, p. 207).

serviam de espaço à contestação possível. O Pasquim fazia a crítica aos costumes moralistas da classe média. Jornalistas, cartunistas e colaboradores em geral – alguns deles inspirados na contracultura norte-americana – faziam um pasquim engraçado e provocativo, mas que tratava de assuntos “sérios”. No início, “o jornal não era político, mas debochado, irreverente, moleque, com uma linguagem desabrida”. De acordo com Jaguar, logo ficou mais politizado: “Entramos pra valer dando porrada na repressão” (CHINEM, 2004, p. 90-1).

O jornal não parecia escrito, mas “falado”. As entrevistas, não editadas, eram publicadas do jeito que foram gravadas. A linguagem coloquial adotada pelo Pasquim influenciou a imprensa, a publicidade e a sociedade. As entrevistas com perguntas diretas inspiraram outros repórteres. O jornal formou gerações de humoristas e cartunistas – alguns dos integrantes do **Casseta&Planeta**, por exemplo, passaram pelo jornal. “Hordas de leitores só se comunicavam com um estranho dialeto de ‘quiuspas’, ‘ducas’, ‘cacildas’, ‘negociguim’, ‘inserido no contexto’ etc. etc. – e bota etc. nisso” (idem, p. 101).

O sucesso do Pasquim pode ser medido pelas suas tiragens: 14 mil exemplares no número um; 94 mil no 19; 117 mil no 22; 140 mil no 23. A partir do número 27, a circulação se estabilizou ao redor de 200 mil (CASTRO, 1999, p. 281-2). Em novembro de 1970, a prisão de nove integrantes da *patota* deu ao jornal uma aura de martírio que o tornou ainda mais querido, mas a tiragem reduziu-se a um terço e a publicidade a zero. Quem mandou prendê-los foi “um general sem grandes poderes de mando, mas com certo feudo nos quartéis. Chamava-se João Baptista de Figueiredo” (CHINEM, 2004, p. 98). Da mesma forma que os prenderam, soltaram: sem explicação.

A censura prévia, prevista “legalmente”⁴ em decreto de 1970, foi esporádica até agosto de 1972, quando O Estado de S. Paulo e o Jornal da Tarde – ambos da família Mesquita –, mais o Notícia, de Manaus, e o Tribuna da Imprensa, do Rio, passaram a sofrê-la continuamente e por longo período. Outros jornais, orientados por telefonemas e bilhetes da polícia federal, se autocensuraram e demitiram os jornalistas mais combativos. Entre os assuntos proibidos, estavam a própria censura, as denúncias de tortura, as sucessões presidenciais, a contestação ao regime e a crítica ao governo. A imprensa foi proibida de divulgar o surto de meningite que, a partir de 1971, atingiu mais de 50 mil pessoas. Morreram cerca de 4 mil, o que poderia ser evitado se a notícia fosse divulgada (idem, p. 63).

A censura prévia foi imposta aos alternativos em dezembro de 1972 e centralizada em Brasília no ano seguinte. Os originais mandados para lá voltavam riscados e rasgados. O Pasquim foi duramente atingido por esse processo. Algumas edições, liberadas pela censura, foram apreendidas nas bancas. Isso desestabilizou economicamente o jornal, afetou sua circulação e assustou os anunciantes. Para o jornalista Zuenir Ventura,

poucas vezes a língua portuguesa terá dado tantas voltas para sugerir o que não pode dizer, e insinuar o que são tantas voltas para sugerir o que não pode dizer, e insinuar o que não pode revelar. O que economizam em partículas negativas e adversativas, a arte e o jornalismo esbanjam em metáforas, elipses, eufemismos, perífrases, antíteses, circunlóquios, para dizer que o rei está nu, ou melhor, para insinuar que estaria (apud CHINEM, 2004, p. 16).

⁴ O princípio de que a revolução cria o seu próprio direito, aplicado desde o primeiro ato institucional, foi sugerido pelo jurista Francisco Campos. Sobre ele, o cronista Rubem Braga escreveu que “todas as vezes que se acendiam as luzes do professor *Chico Ciência* [como era chamado], dava-se um curto-circuito nas instituições republicanas” (GASPARI, 2002, p. 124).

Além da imprensa, outras atividades artísticas e intelectuais também sofriam com a censura. “Durante os dez anos do AI-5, foram proibidos ou mutilados cerca de 500 filmes, 450 peças de teatro, 200 livros, dezenas de programas de rádio e televisão, 100 entrevistas, mais de 500 letras de música, cerca de uma dúzia de sinopses e numerosos capítulos de telenovelas” (idem, p. 16). A estupidez dos censores não se limitava a absurdos como o do surto de meningite. Faltava-lhes cultura e sutileza para examinar o material com que lidavam. No Pasquim, como “não se pode falar, implícita-se. Censurar o implícito exige uma finura de olhar que falta aos censores” (BRAGA, 1991, p. 26).

Ziraldo descreveu o sofrimento: “Segunda-feira é um dia de morte na sede do Pasquim. [...] Amanhã a Nelma avisa: chegou. E corre todo mundo pro Pasquim, pra ver o que sobrou. É uma brincadeira sinistra. [...] É uma transa que não serve pra masoquista. [...] Uma coisa, nós aqui na redação decidimos, num momento de lucidez: nós não vamos ficar loucos” (KUCINSKI, 2003, p. 222). O governo, para preservar a imagem de que respeitava as liberdades públicas, não quis fechar o Pasquim; preferiu combatê-lo aterrorizando seus editores. Além da prisão e da censura, houve dois atentados a bomba. A primeira, colocada em março de 1970 na sede do jornal, não explodiu. A outra arrebentou a fachada do prédio e os vidros da vizinhança (CHINEM, 2004, p. 98).

A proposta de Geisel, de acabar com o regime autoritário de forma lenta, gradual e segura, tinha na imprensa um importante mecanismo. Sua complacência fora decisiva para a derrota da luta armada, brutalmente combatida e exterminada. Um grau moderado de crítica, agora, o ajudaria a conduzir a abertura política e a intimidar os que se opunham – os *duros*. A grande imprensa não aproveitou de imediato o abrandamento da censura. A reação da linha-dura era temida pelo governo e pelos jornais, razão pela qual nenhum deles queria provocá-la.

Geisel pretendia substituir a coerção policial pela dominação ideológica através da imprensa. A força física era eficaz no combate a pequenos grupos, mas o que ele queria controlar era a oposição de massa (KUCINSKI, 2003, p. 97). O principal abalo sofrido na sua gestão não foi a redução do crescimento econômico nem a queda do PIB, que anunciavam o fim do “milagre”. Pior do que isso foi o resultado da eleição parlamentar de novembro de 1974. “O descontentamento explodiu [...], capitalizado por uma bem elaborada campanha pelo horário gratuito da TV, inspirada por sociólogos que se haviam debruçado sobre a realidade de um ‘povo em movimento’, desconhecida da imprensa convencional”, explica Kucinski (idem, p. 96).

A censura prévia nos jornais dos Mesquita terminou em janeiro de 1975. Em abril, ela saiu do Pasquim, que passou a dar maior ênfase à política. A grande imprensa apropriou-se de temas até então exclusivos da imprensa alternativa, como a campanha pela anistia, e o jornal perdeu a originalidade. Foi nesse contexto que torturaram e mataram o jornalista Vladimir Herzog, em outubro. “Sua morte estúpida, por asfixia, enfureceu jornalistas. Solidariedade profissional. Vlado é emblemático da repressão e morte do período”, escreveu Paulo Francis (1994, p. 57).

O protesto dos jornalistas, de início tímido e hesitante, explodiu num movimento que envolveu personalidades do centro e até do campo conservador. Somou-se à pressão dos grupos de direitos humanos por informações sobre os ‘desaparecidos’; a crise política assume a forma manifesta de uma crise do espaço público, das liberdades públicas e individuais, do direito de expressão das elites, dos intelectuais e dos profissionais liberais e principalmente dos jornalistas. E tendo como mártir um jornalista (KUCINSKI, 2003, p. 99).

Com a morte de Herzog, surgiu nova modalidade de jornais alternativos – os regionais. Lançados em capitais fora do eixo Rio de Janeiro/São Paulo, eram apoiados por sindicatos e portavam propostas de gestão cooperativa. Os mais importantes foram Posição, de Vitória; De Fato, de Belo Horizonte; Coojornal, de Porto Alegre.

Quando, em janeiro de 1976, os radicais mataram outro preso – o operário Manuel Fiel Filho – Geisel exonerou o comandante do II Exército, líder dos *duros*. O confronto prosseguiu até outubro de 1977, quando demitiu também o ministro Sylvio Frota, que queria disputar a eleição de 1978 pela Arena. Afastada a linha-dura, o presidente indicou o sucessor: Figueiredo. A candidatura de Euler Bentes Monteiro, pelo MDB, colocou em risco o controle do processo pelos moderados. Jornalistas e editores cooptados pelo governo torpedearam o general dissidente. “Os donos de jornais manobraram amplamente as informações. [...] Toda essa mobilização da imprensa, em torno da sucessão, acabou permitindo que o presidente Geisel conduzisse praticamente sozinho o processo sucessório” (idem, p. 98).

Figueiredo foi eleito em outubro de 1978. Os radicais endureceram ainda mais a repressão clandestina, com ações terroristas que tentavam inviabilizar a abertura. Um dos alvos preferidos pela extrema direita eram as bancas de jornal, desde 1977 atingidas esporadicamente por bombas. Os ataques aumentaram com a sanção à lei de anistia. Em 1980, quase 50 atentados precipitaram o fim da imprensa alternativa. Em 30 de abril de 1981, a explosão da bomba do Riocentro, antes do tempo programado, pôs fim à campanha terrorista.

Com a abertura, os partidos puderam se organizar abertamente e alguns lançaram jornais próprios. Produzidos por quadros da imprensa alternativa, passaram a disputar nas bancas o já reduzido espaço dos *nanicos*. O Jornal do Brasil e a Folha de S.Paulo lançaram

suplementos que se confundiam propositalmente, em forma e conteúdo, com os jornais alternativos (idem, p. 197). Quase todos os alternativos que existiam entre 1977 e 1979 desapareceram em 1980 e 1981. O Pasquim, um dos sobreviventes, havia se divorciado do padrão alternativo e apresentava uma linguagem envelhecida. Para Ziraldo, “a grosseria violenta ... [e] o palavirão desembestado já não são mais coisas revolucionárias. Assim, perderam a força”. O Pasquim tinha perdido a capacidade de se renovar (idem, p. 27).

Nos anos 80, o jornal envolveu-se em acordos políticos. Com isso, perdeu o resto de graça que ainda tinha (CHINEM, 2004, p. 104). Jaguar aliou-se ao PDT e Ziraldo ao PMDB. Eles apostaram suas cotas do jornal no resultado na eleição de 1982 para o governo do Rio de Janeiro – o derrotado perderia o Pasquim e comeria uma edição do jornal. “Brizola ganhou e Ziraldo perdeu”, tendo que engolir um bolo recheado com folhas do jornal (BERTOL, 2001, p. 7). Jaguar ficou com o jornal e uma dívida de 200 mil dólares. Fez o que pôde, mas o Pasquim chegou a circular encartado em outros jornais, teve a marca transformada em *franchising* e a tiragem foi a 3 mil exemplares. “Em 1988, Jaguar vendeu o cadáver a um empresário e caiu fora. Em 1991, depois de 22 anos de circulação ininterrupta (recorde na história da imprensa nanica brasileira), o Pasquim finalmente descansou” (CASTRO, 1999, p. 283).

3.3 O PASQUIM 21 – NOVA *IMPrensa ALTERNATIVA*?

Novos jornais alternativos foram lançados, mas fracassaram. Jornal da República, diário com elementos alternativos, foi lançado em 1979 por Mino Carta. Com uma linha editorial de centro-esquerda, atraiu jornalistas da imprensa alternativa. Fechou em poucos meses, praticamente pondo fim ao ciclo alternativo dos anos de 1970. Sob o sugestivo título *Epitáfio*, Bernardo Kucinski relaciona dez periódicos da imprensa alternativa lançados entre 1983 e 1999. O último da lista é a revista humorística semanal Bundas. Feita por Ziraldo, Jaguar e outros remanescentes do Pasquim, durou apenas um ano (2003, p. 199-200).

Chinem relata que, “em janeiro de 2002, **o mesmo jornal** em formato *standard* ia às bancas um ano depois de ressurgir com o nome Pasquim 21 (referência ao século), tendo Ziraldo e Zélio à frente” (2004, p. 104) [grifo nosso]. A segunda versão teve vários colaboradores da original – Fausto Wolff, Aldir Blanc, Sérgio Augusto, Arthur Poerner, entre outros. Em palestra no III Fórum Social Mundial, em 2003, Ziraldo declarou que, a exemplo da revista Bundas, inviabilizada por questões mercadológicas, a principal dificuldade d’O Pasquim 21 também era a falta de anunciantes. Vendia – apenas em bancas – cerca de 20 mil exemplares por edição. O semanário sobreviveu até o número 120, em setembro de 2004.

Muita coisa aconteceu nos últimos 30 anos. O império da internet era inimaginável há três décadas. Mas ela “não substitui a imprensa”, afirma Chinem, que questiona: poderia ela possibilitar o prolongamento da imprensa alternativa até os dias de hoje? (idem, p. 134). A resposta é de Chico Junior, um dos criadores do jornal alternativo Repórter: para ele, toda a informação na internet, exceto os *sites* dos grandes veículos, é alternativa, no sentido amplo

da palavra (idem, ibidem). Nesta era em que a comunicação virtual cria territórios sem fronteiras, a produção de informação está orientada para ações concretas: vender produtos, ganhar eleições, converter almas (idem, p. 147-8).

Para Chinem, “retratar a imprensa alternativa é falar de um tempo de sacrifício e de heroísmo”. Diz ele: “Tenho a impressão de que esse tempo não volta nunca mais” (2004, p. 79). Ele expõe a opinião do professor Wladyr Nader sobre imprensa alternativa: se ela voltasse, não teria o caráter político e cultural de antes, teria outra cara. Seria opção às redações tradicionais, onde já não há espaço para trabalhar. Nader, que mostra O Pasquim 21 em sala de aula, o compara ao Pasquim (idem, p. 136).

Em meados da década de 1980, quando o Pasquim ainda existia, José Luiz Braga escreveu que o jornal, “sobrevivente da imprensa alternativa, [...] comparado com o Pasquim dos anos 70 é parecido e é diferente” (BRAGA, 1991, p. 20). Essa afirmação serve como um parâmetro para comparar o Pasquim com O Pasquim 21. “Diferente”, segundo o Aurélio, designa o que é “divergente, diverso, desigual” e, também, algo que foi “alterado, modificado” (FERREIRA, 1975, p. 474). São, em certo sentido, dois jornais diferentes – mas ainda assim muito parecidos.

4 SOBRE A PESQUISA: MÉTODO, TÉCNICA, PARADIGMA, *CORPUS*

O método é o caminho depois de percorrido.
(Gaston Bachelard)

Comparar as coberturas jornalísticas de dois acontecimentos semelhantes, em épocas diferentes e por dois jornais distintos, não exige apenas uma técnica adequada para procurar respostas. Como um problema científico é uma pergunta teoricamente solucionável, para atingir seus objetivos o pesquisador precisa formular perguntas pertinentes. O objetivo geral deste trabalho é compreender a cobertura das eleições de Lula e de Figueiredo, a partir do conteúdo dos semanários humorísticos Pasquim e O Pasquim 21. Os objetivos específicos são:

- Contar a história desses jornais, a partir de uma perspectiva comparativa de seu conteúdo editorial;
- Entender se O Pasquim 21 era encarado, pelos jornalistas que o fizeram, como uma continuação do Pasquim, ou se a do século 21 era uma nova aventura;
- Descobrir se O Pasquim 21 pode ser considerado um jornal da *imprensa alternativa*.

Para alcançar tais objetivos, procuramos comparar o conteúdo editorial dos dois jornais. Em suas páginas, buscamos respostas às perguntas acima, usando como técnica a análise de conteúdo, conforme descrita por Laurence Bardin:

A análise de conteúdo é um *conjunto de técnicas de análise das comunicações*.

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (1991, p. 31).

Existente há mais de um século, a metodologia ficou restrita à abordagem quantitativa durante o tempo em que era orientada pelo paradigma positivista. Informações quantitativas poderiam trazer contribuições a este trabalho, mas a nosso ver insuficientes. De acordo com Roque Moraes, essa é uma perspectiva adequada à verificação de hipóteses, que exigiria a definição prévia de objetivos, dados e procedimentos de análise (1999, p. 8).

Comparando, por exemplo, a quantidade de matérias que abordam em profundidade o tema ‘eleição presidencial’, vemos que n’O Pasquim 21 há vários artigos sobre o assunto. No Pasquim, há um só. Depreende-se, pela quantidade de matérias analíticas, que o momento não era o mais favorável para a crônica política. Para a análise a que nos propomos, uma comparação numérica pouco informaria.

Pela observação sistemática das mensagens contidas nas edições analisadas, procuramos atingir um nível de compreensão além de uma leitura comum. Os dados estão nas páginas dos jornais, em estado bruto. Precisam ser processados de forma que possibilite sua compreensão e interpretação. Através da análise qualitativa, encontramos as possibilidades mais adequadas aos objetivos deste trabalho – sobretudo no caso d’O Pasquim 21, onde a pluralidade substituiu o maniqueísmo do combate à ditadura. Esse tipo de análise, voltado à ênfase em significados e na relação entre sujeitos – diferentemente da análise quantitativa,

mais adequada às relações sujeito-objeto – foi bem mais promissor para o êxito desta pesquisa.

Historicamente, objetos pesquisados através da análise de conteúdo têm sido definidos em seis categorias, baseadas nas questões suscitadas por Lasswell para processos comunicacionais: Quem fala? Para dizer o quê? A quem? De que modo? Com que finalidade? Com que resultados? Esta monografia, ao tratar da segunda questão, direciona-se para as características das mensagens propriamente ditas, seu valor informacional, as palavras, argumentos e idéias expressas. “É o que constitui uma análise temática” (idem, p. 13).

A análise de conteúdo é mais eficaz quando feita por categorias. O texto é desmembrado em unidades, que são classificadas em categorias segundo reagrupamentos analógicos (BARDIN, 1977, p. 153). “As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos” (idem, p. 117).

A unidade de registro é a unidade de significação a codificar, correspondendo ao segmento de conteúdo a ser considerado como unidade de base para a categorização e a contagem frequencial. Bardin (1977) sugere que a criação de unidades de registro seja pertinente em relação às características do material e aos objetivos da análise. No nosso caso, cada seção dos jornais em estudo é considerada uma unidade de registro: as cartas, cada artigo, cada entrevista, as *Dicas* (que na nova versão do jornal viraram *Tox*) (idem, p. 104).

A categorização comporta duas etapas: o inventário dos elementos, isolando-os; a classificação, repartindo-os de forma a organizar as mensagens (idem, p. 118). As categorias

de análise, estabelecidas para a leitura sistemática dos jornais, são as listadas abaixo. Em cada uma delas, são enquadradas todas as referências ao tema eleitoral, encontradas nas páginas dos dois jornais, que digam respeito a cada rubrica:

- **O regime**: no caso do Pasquim, a ditadura; n' O Pasquim 21, a democracia restaurada;
- **O oponente**: na eleição de 1978, o general Euler Bentes Monteiro; em 2002, o candidato José Serra. Neste item, são incluídos os registros referentes à campanha do adversário e, no caso d' O Pasquim 21, também a influência de Fernando Henrique Cardoso;
- **A campanha**: refere-se à trajetória do candidato efetivamente eleito: Figueiredo, em 1978; Lula, em 2002. No caso do Pasquim, estão incluídas nesta categoria também as referências à participação de Ernesto Geisel na campanha do general;
- **Os partidos (e os) políticos**: inclui o quadro partidário à época de cada pleito – o bipartidarismo, em 1978, e o pluripartidarismo, em 2002;
- **O candidato**: aspectos da personalidade, características comportamentais e demais referências que sirvam para descrever João Baptista de Oliveira Figueiredo e Luiz Inácio Lula da Silva.

A totalidade das unidades de registro forma o *corpus* de um trabalho. O *corpus* desta pesquisa é formado por todas as unidades de registro verificadas na edição anterior e na subsequente a cada pleito focado. Todo conteúdo editorial que faça referência ao assunto 'eleição presidencial' é analisado em função das categorias estabelecidas. As edições analisadas são as seguintes:

- Pasquim – número 485 (de 13 a 19.10.1978);
- Pasquim – número 486 (de 20 a 26.10.1978);
- O Pasquim 21 – número 36 (de 22.10.2002);
- O Pasquim 21 – número 37 (de 29.10.2002).

A análise de conteúdo, aqui exposta, é uma técnica de pesquisa. O método empregado é um estudo comparativo entre o Pasquim e O Pasquim 21. A observação de semelhanças e diferenças também ajuda a atingir os objetivos deste trabalho – tanto o geral quanto os específicos. O primeiro, ao observar o que o jornal fala sobre as eleições; os outros, prestando atenção ao que o jornal fala de si próprio.

O paradigma onde se insere esta pesquisa é o dos estudos históricos, na perspectiva da obra de Jacques Le Goff, defensor da reflexão teórica em torno da pesquisa histórica. Para ele, a história é "bem a ciência do passado, com a condição de saber que este passado se torna objeto da história, por uma reconstrução incessantemente reposta em causa" (apud STRELOW e DORNELLES, 2004, p. 3).⁵

O autor vê, nesta interação entre presente e passado, o que se chamou de função social da história. A historiografia surge como uma seqüência de novas leituras do passado, plena de perdas e ressurreições, falhas de memória e revisões. Isto não a libera de responsabilidades, como a busca pela objetividade e a imparcialidade, por exemplo (idem, ibidem).

⁵ O acesso à bibliografia referente ao paradigma adotado foi prejudicado pela greve dos servidores da Universidade. A adequação do ponto de vista de Le Goff foi avaliada na leitura do artigo mencionado, do qual a Orientadora desta monografia é co-autora. A par da adequação da perspectiva de Le Goff, verificamos também a aplicabilidade das observações sobre posicionamento e subjetividade do jornalista.

As mensagens de um jornal são simbólicas. Para entender seus significados, é preciso considerar o contexto (BARDIN, 1977, p. 11). As respostas às outras cinco perguntas de Lasswell, enunciadas anteriormente, formam esse contexto, onde se inserem as mensagens do Pasquim e d'O Pasquim 21. Conhecer o contexto em que foram criadas essas

mensagens ajuda a entender seu sentido e intenção. Não nos ocupamos das outras perguntas, pois parecem já estar respondidas – em parte, ao menos – em variados estudos sobre pasquins e imprensa alternativa. Diversos autores ajudaram a contar a história do Brasil, da imprensa alternativa em geral e desses jornais em particular. Com base em seus estudos, incluímos nesta pesquisa um capítulo de contextualização histórica e outro com a trajetória dos jornais analisados e da imprensa alternativa.

De acordo com Moraes (1991, p. 11), toda análise comporta a interpretação pessoal do pesquisador, pela percepção que tem dos dados. Esta não é, portanto, uma leitura neutra. Como toda leitura comporta uma interpretação, eis a nossa visão de como os pasquins reportaram dois momentos importantes da história brasileira.

5 AS ELEIÇÕES VISTAS PELOS PASQUINS

Nada mais triste do que tentar ser engraçado na análise das coisas engraçadas. (José Luiz Braga)

5.1 Pasquim - Edição 485, de 13 a 19.10.1978

A primeira das quatro edições analisadas nesta monografia é a de número 485, do Pasquim – a última antes da escolha de Figueiredo pelo colégio eleitoral. O jornal atravessa a fase que José Luiz Braga chamou de ‘esforço liberal’, situada entre os números 300 e 490 – de março de 1975 a novembro de 1978. Mais especificamente, dentro dessa fase, vive o período da ‘retomada da fala’, iniciado em abril de 1977 (1991, p. 65 e 75).

O momento político é delicado. Liberto da censura prévia desde 1975, o jornal já pode ousar mais. “Terminada a censura prévia, instala-se um falar a medo, uma distensão ‘apreensiva’. Concedida a palavra, até certo ponto livre mas constantemente ameaçada, trata-se de lutar pela realização efetiva dessa liberdade democrática” (idem, p. 16). Se antes a censura não permitia sequer que se falasse sobre ela, agora já podem deixar claro que ela existiu. Seixas Dória é o entrevistado da semana. O ex-governador de Sergipe, cassado pelos militares, falou abertamente sobre anistia e tortura, ousando chamar a ditadura pelo nome. Sobre o fim da censura, disse: “Hoje já se fala (...)”, ao que Jaguar retrucou: “E nós podemos publicar” (p. 13).

Na página 2, um selo atesta que “enquanto você encontrar este selo o Pasquim continua sem censura prévia”. Apesar disso, ocasionalmente, ainda aconteciam apreensões do jornal. O número 300 foi o último da fase anterior (‘longa travessia’) e o primeiro a circular após o fim da censura. Foi apreendido. A edição 377, também; o número 378 circulou com a frase-lema “um jornal apreensivo”. O número 488, que sairia logo após a edição analisada, traria na capa a frase “quem tem jornal tem medo”, de alusão óbvia (idem, p. 140).

A forma gráfica do Pasquim tem características marcantes: “É bem um jornal de jornalistas e grafistas. A página é construída de um modo muito visual, tomada como um objeto composto, equilibradamente, de texto, ilustrações, eventuais fotografias” (idem, p. 27). O diretor-presidente, nessa fase, é Jaguar, um dos editores. O outro é Ziraldo.

Na capa, o jornal relaciona o assunto sucessão presidencial à escolha do novo papa, que estava sendo decidida por aqueles dias (João Paulo I, sucessor de Paulo VI, morrera no 33º dia de mandato). A manchete é: “Enquanto no Vaticano continua o lero-lero, nós, no dia 15 temos papa”. Uma fotomontagem mostra Figueiredo vestido de sumo-pontífice, num gesto semelhante a uma benção. Nesta edição e na seguinte, outras vezes os dois temas são abordados conjuntamente.

Das 19 ocorrências relativas ao tema eleições, 17 são consideradas unidades de registro, compondo o *corpus* deste estudo. Aplicamos a elas o reagrupamento temático proposto por Laurence Bardin, de acordo com as categorias selecionadas.

5.1.1 CATEGORIAS

5.1.1.1 O regime

A escolha no colégio eleitoral era considerada uma farsa. Ivan Lessa, na seção *Dicas*, indaga: “Quem disse que não há teatro para o povo no Brasil? E a farsa destas eleições?” (p. 6). Na página seguinte, diz que há “uma minoria absoluta de 99,99% de pessoas despreparadas para votar”. O entrevistado, Seixas Dória, afirma: “Democracia não existe pela metade. Ou é ou não é. Ou existe ou não existe. O que tá acontecendo não é a democracia nenhuma, mas mais uma farsa, mais uma mentira, mais um engodo” (p. 13).

Nessa encenação, havia um oponente – ao contrário da anterior, que Geisel disputara com o “anticandidato” Ulysses Guimarães. Com alguma chance de vitória – remota, mas concreta –, o general da reserva Euler Bentes Monteiro concorria pelo MDB. Não tinha conseguido candidatar-se pela Arena, afirma Seixas Dória, que explicita sua posição: “Nunca concordei com candidaturas a presidente da República” (p. 13). Pensava que, no máximo, deveriam ter um anticandidato, “porque esse negócio de conquistar voto da Arena é uma ilusão” (p. 12).

Os integrantes do Pasquim, quando se manifestam sobre a disputa, concordam com o entrevistado. O que muda é a forma como dão seu recado. Numa charge de Hélio, a oposição chama a sucessão de “marmelada”. Geisel consola um choroso Figueiredo: “Liga não, João. É puro despeito deles” (p. 8). Nani compara o colégio eleitoral a uma escola, onde a fraude é

permitida. Abaixo do texto “vai cair apenas um ponto e pode colar”, ele apresenta um aluno adulto com uma “cola” na mão, onde se lê: “João Baptista Figueiredo” (p. 6) .

Num artigo sobre o outono europeu, Edélsio Tavares (pseudônimo de Ivan Lessa) informa que o Times de 1º de outubro tem “uma materiazinha sobre nós” (o título é “Eleições sem eleitores no Brasil”) (p. 29). Na seção *Gip-Gip Nheco-Nheco*, o texto de Ivan Lessa e a ilustração de Redi dão voz a uma urna, da qual sai um balão de fala: “No Brasil ainda não há clima para 42 milhões de eleitores”. Em época de escolha de presidente e papa, Lessa sugeriu numerar “feito o Vaticano: general I, general II, general III, general IV...”. E mais: “Em Roma, quando tem novo papa, sai fumacinha branca. Aqui, a cada novo presidente, jogam gás lacrimogêneo” (p. 32).

5.1.1.2 O oponente

Uma charge de Hélio mostra um cortejo com duas pessoas. O general Hugo Abreu, que denunciou a corrupção no governo de Geisel, diz: “Hoje tem marmelada”. Atrás dele, vem Euler (p. 8). O candidato do MDB tem, também, o apoio da linha-dura. Sérgio Augusto diz que “tremeu nas bases” ao ver Hugo Abreu como o principal articulador da candidatura do general Euler Bentes”, porque lembrou da velha lição familiar: “As pessoas são o que são seus amigos”. Analogamente, “os candidatos são o que são seus cabos eleitorais” (p. 9). Sérgio acredita que, por trás de Euler, há também gente de excelente caráter – civis e militares. Mas desconsidera a possibilidade dele vencer a eleição: “Se tudo correr como está

previsto, domingo, a partir das 9 horas, o general Euler será imolado no altar do colégio eleitoral”. Considera Euler superior ao adversário, mas chamou sua campanha de “kamikase” e ingênua: mesmo sabendo que a disputa seria “desigual e ilegítima”, supunha que pudesse arregimentar todas as dissidências do país – mas jamais teve apoio de bases populares (p. 12).

Ilustrando a opinião de que se trata de uma farsa, Lena Frias compara o embate ao do filme **Guerra nas Estrelas**. De um lado, “o cavalheiro [sic] negro da ordem emedebê, Hugo de Abreu (na defesa de Euler-Coração-de-Leão); do outro, “o alvar ⁶ Figueiredo, Cavalheiro da Ordem da Ferra-Dura”. Ela diz que a luta é engraçada, mas o filme é melhor: “Pelo menos, é ficção” (p. 6). Coentro ilustra a seção *É isso aí*, com uma caricatura de Euler, que diz: “Mas que eu perturbei, perturbei” (p. 9). Dificilmente conseguiria mais do que isso. Felix de Athayde, na entrevista a Seixas Dória, diz que, pelo menos, a candidatura serviu para mostrar que “não havia aquela unidade tão propalada” pelo governo (p. 13).

5.1.1.3 A campanha

A influência de Geisel na escolha do sucessor é tema recorrente. Hélio mostra, numa charge, o futuro presidente movido à corda e acionado por Geisel (p. 8). Sérgio Augusto, na seção *É isso aí*, diz que Figueiredo foi “teimosamente escolhido como príncipe herdeiro” pelo Planalto. Há exatamente um ano, Geisel demitira Sylvio Frota, ministro do Exército. Puxara, na verdade, o tapete do candidato da linha-dura. Para o jornalista, Frota “faria o diabo com o

⁶ Estúpido, grosseiro, ingênuo.

poder nas mãos”. Se o sucessor fosse o ex-ministro, Sérgio Augusto avalia que seria o caso de dizer: “Melhor sem Geisel, pior sem ele” (p. 8).

Na dica intitulada “Nova chance”, Iza Freaza diz que “o trono de João Paulo I está vago e qualquer um, como sabemos, pode ser Papa”. Ironiza o fato de Figueiredo ter sido indicado por Geisel, dizendo que este poderá nomear o candidato também para aquele cargo – desde que ele continue indo tanto à igreja, como vem fazendo na campanha (sete vezes, só no Recife, diz ela) (p. 8). Não era a primeira vez que o jornal fazia, da religiosidade, alvo de gozação. Quando Geisel, protestante, tomou posse, o Pasquim disse sempre ter sido “um jornal protestante”. Explorava o caráter polissêmico do termo, demonstrando aparente simpatia ao novo presidente, mas deixando implícito que nunca deixou de protestar.

5.1.1.4 **Os partidos (e os) políticos**

Na seção *Gip-Gip Nheco-Nheco*, Ivan Lessa registra: “Começou com capitania hereditária. Depois promoveram a generalato”. Outra: “Se tirassem patente do modelo político brasileiro não sobrava ninguém”. O desenho de Redi mostra os pés de um homem e estrelas caindo ao chão – as patentes sendo tiradas (p. 32). São referências ao exército como instância decisória da sucessão presidencial e à arbitrariedade envolvida no processo. Mais do que os partidos, as forças armadas – o exército, principalmente – é que detinham poder de fato.

5.1.1.5 O candidato

A truculência não é exclusividade do segmento mais reacionário das forças armadas, a linha-dura. O próprio Figueiredo tem uma postura que é apontada, criticada e/ou ironizada pelo jornal, ainda que sutilmente. Na dica “Que primavera nos espera”, Iza Freaza afirma: “Os jornais [sem citar quais] dizem que Gorila, a árvore que Figueiredo plantou, já tá dando folhas. “Galho, só em novembro” (p. 5). “Gorila” é um termo associado à violência castrense desde que Brizola, em 1963, assim se referiu a um general supostamente golpista (D’ARAÚJO et alii, 1994, p. 25). Sobre a nota no Times, Edélsio Tavares, *alter ego* de Ivan Lessa, relata: “O correspondente conta aquela da falta de higiene e também a do cheiro de cavalo. Pegou bem o espírito da coisa” (p. 29).

Pela fama de violento, Figueiredo recebia críticas como a da piada abaixo. A seção *Antologia mundial de anedotas de salão* era normalmente editada por Ziraldo, mas ele à época estava na Europa. Não há indicação de autoria, razão pela qual ignoramos quem tenha escrito (p. 23):

- Quê que tem esse candidato pra você gostar tanto dele? Quando ele passa você nem consegue parar de olhar.
- Não é o candidato que me agrada. É o homem que tá montado nele.

Figueiredo era criticado também pelo que classificamos como sua “intelectualidade cavalariana”. Egresso da Cavalaria, seu preparo intelectual pode ser avaliado por suas

declarações. Na seção *Pasquim tilê*, de dicas de livros, Armino Blanco divulga o lançamento de **Os pensamentos do general Figueiredo**, selecionados por Carlos Wagner Moraes. Eles “dão o retrato, de corpo inteiro, do estadista que vai nos governar por seis anos e que diz gostar mesmo é de ‘clarim e quartel’”. A nota – uma das poucas com caráter informativo, num jornal que se caracteriza pelo texto de opinião – diz ainda que o lançamento ocorreu no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, no auditório Vladimir Herzog (p. 22).

Na entrevista com Seixas Dória, onde Fausto Wolff, Sebastião Nery, Felix de Athayde e Jaguar “discretamente derrubaram uma garrafa de uísque”, este último afirma que “a inflação é como nosso candidato: galopante” (p. 13). Sebastião Nery comenta a afirmação de Figueiredo de que “gaúcho é gigolô de vaca”, dizendo que “o sistema financeiro do governo é que é gigolô da cultura brasileira” (p. 12). Henfil coloca o comentário à [in]capacidade intelectual de Figueiredo na fala de Geisel, que diz ter pegado fogo na biblioteca do sucessor, que perdeu os dois livros que tinha – “sendo que um ele nem tinha acabado de colorir” (p. 16). Fausto Wolff, num artigo sobre assunto completamente diverso, diz que “com a ajuda do Mobral, hoje somos um país de 100 por cento de semi-alfas e qualquer um pode ser presidente da República, haja visto o próximo” (p. 14).

* * *

Na próxima edição analisada (a de número 486), o presidente da República já estaria eleito. O novo papa, também.

5.2 Pasquim - Edição 486, de 20 a 26.10.1978

Esta é a primeira edição depois da eleição indireta de Figueiredo. Entre 1975 e 1978, o Pasquim vive o período de melhor desempenho empresarial. Sem os extremos da euforia ou da depressão, com tiragem média de 60 mil exemplares e a publicidade ampliada, as finanças estão equilibradas (BRAGA, 1991, p. 10).

A cobertura do Pasquim é uma tentativa de desmascarar o regime, no limite do possível. O jornal informa a partir de suas próprias opiniões – e não somente através das matérias que integram nosso *corpus*. A manchete “Mar de lama” alude à matéria que fala sobre denúncias de corrupção no governo de Ernesto Geisel. Iza Freazza apresenta reportagem sobre Frei Tito, que em depressão por torturas sofridas, se matou.

Com a posse de Figueiredo, o jornal se encaminhará para a cobertura dos movimentos de anistia e retorno dos exilados. Segundo Ziraldo, a campanha pela anistia e as entrevistas com os retornados foram a última grande fase do jornal (*idem*, p. 11).

Das 33 referências à sucessão presidencial e/ou ao eleito, 30 são consideradas unidades de registro. Das matérias analisadas, as principais são referidas no reordenamento categorial adiante.

5.2.1 CATEGORIAS

5.2.1.1 O regime

Não há muita perspectiva de que o horizonte político vá melhorar – esperanças, tampouco. Jaguar escreve, na dica “Estou na fossa”, que ao fim do mandato de Figueiredo vai “começar tudo de novo”. “Ai”, desabafa (p. 5). Sérgio Augusto dirige-se ao porta-voz do palácio do Planalto que disse que, na sucessão de Figueiredo, o colégio eleitoral poderia votar num civil: “Ora, coronel, a gente não quer trocar a farda pelo terno, queremos mudar são os eleitores” (p. 9).

Um espaço de humor permanente e “marginal” (que aparece à margem das páginas, ou entre as seções) mostra o diálogo de duas pessoas, que se escondem atrás dos jornais que lêem, aparecendo apenas seus pés. Um pergunta: “Quem você acha que deveria ser presidente?” A resposta, lacônica, mostra o quanto o assunto está fora de questão, no momento: “Daqui a seis anos?” (p. 7).

Na capa, a chamada “Maioria de 355 elege Figueiredo” remete à página 23, onde Fausto Wolff delata a incumbência ⁷ recebida: “Imagem que coube a mim escrever um artigo sobre a [...] eleição”. Sendo o Pasquim um jornal de humor, “um jornaleco que tenta

⁷ Embora a existência de uma pauta não fosse característica do Pasquim, nesta edição ela está presente – ao menos para Wolff, a quem encomendaram o texto. Ziraldo disse que “o Pasquim nunca foi um jornal pautado. Era a cara da gente, o que estávamos fazendo e pensando” (CHINEN, 2004, p. 92). Jaguar afirmou que o jornal “é uma casa da mãe Joana, cada um fala o que quer. Não há nenhuma linha editorial” (REGO, 1996, p. 80).

fazer o povão rir mostrando o quão obsceno é o puxassaquismo, o quão grotesca é a hipocrisia, o quão ridícula e cruel é a arrogância dos poderosos”, ele diz que seu texto deve ser bem-humorado. Entre “os tristes elementos do meu humor”, inclui o fato de vivermos num regime de exceção desde 1964 e a declaração de Figueiredo de que manterá proibidas as notícias sobre greves. Ao intitular-se “um escriba relativo”, Wolff refere-se à expressão “democracia relativa”. [Da qual não conseguimos identificar a autoria. “Alguns defensores do arbítrio tentavam inventar neologismos, como um coronel que disse: ‘Estamos implantando uma democracia à brasileira’.” (CHINEN, 2004, p. 31)]

Nani retrata essa democracia “relativa”, da qual a censura é um dos ingredientes, acrescentando um quarto macaquinho aos três clássicos (um que não lê, um que não fala, outro que não vê): o que não vota, que aparece abraçado a uma urna e sentado ao lado dos demais (p. 7). O “Jogo dos 5.315 erros” quantifica a duração do regime: 5.308 deles são os dias transcorridos desde o golpe de 1964 (p. 5).

As cartas dos leitores normalmente são respondidas por Ivan Lessa, que se assina Edélsio Tavares. Nessa edição, perdeu-se o “malote de Londres”, de onde Ivan manda, semanalmente, as seções que faz para o jornal. Além das respostas, algumas das cartas também são inventadas. Quem as responde, nesse número, é o “antigo companheiro de lutas (perdeu)” Pedro Ferretti, conforme o apresenta Jaguar. Para transmitir aos leitores coisas que eles não saberiam por outras mídias, Ferretti dá os seguintes títulos às cartas, cujo conteúdo nada tem a ver com eles: “Mais arroz e mais feijão, abaixo a repressão”; “O processo de votação se deu sob forte tensão”; “O milagre econômico foi desmascarado”; “Consumada a farsa” (p. 2).

Na seção *Dica de mulher*, também há referência ao tema sucessório. No espaço onde é apresentada uma beldade por semana, nesta edição o jornal oferece “dose dupla de mulher. Vocês merecem, depois do show do colégio eleitoral”, diz o texto assinado por Fausto Jaguaribe ⁸ (p. 18). O “show” eleitoral aparece em várias citações. A foto de uma boiada, sob o título “Uma esmagadora maioria de 355”, tem a legenda “Não publicamos a foto da minoria esmagadora de 100.499.645 brasileiros por falta de espaço” (p. 5).

A falta de um outro tipo de espaço aparece nas palavras de Ivan Lessa. No artigo “O que eu andei fazendo na cabina indevassável”, ele diz que “pararam as eleições mas as metralhadoras continuam nas ruas” (p. 29). Ao invés de democracia, truculência. Na tira de Agner, Figueiredo inclui novas ameaças a quem fosse contra a abertura. Além de “prender e arrebentar”, ele torturaria, enquadraria na Lei de Segurança Nacional, censuraria telefones, cassaria direitos políticos e não deixaria votar para presidente (p. 19). A inclusão desse último item permite uma segunda leitura. O leitor, ao ver que Figueiredo ameaçava com algo que já acontecia, poderia entender que nenhuma daquelas ameaças fosse novidade – nem “prender e arrebentar”.

⁸ Além das referências mútuas entre os jornalistas do *Pasquim*, nas páginas do jornal, há outras formas inusitadas que eles adotam ao escrever – muitas delas ditadas pelas circunstâncias. Durante a prisão da equipe, em 1970, os que estavam em liberdade escreviam como se fossem os presos. Não podendo dizer que estavam presos, informavam estar acometidos de um surto de gripe, que os tirou de circulação. Havia os que usavam pseudônimos: Edélio Tavares era um nome criado por Ivan Lessa, com o qual assinava artigos e respondia às cartas dos leitores. O nome Fausto Jaguaribe parece-nos um “duplo pseudônimo” – o texto provavelmente foi escrito por Wolff e/ou Jaguar. (*N’O Pasquim* 21, Fausto Wolff usaria o nome Nataniel Jebão para assinar a seção *Nossa sociedade*.)

5.2.1.2 O oponente

Duayer registrou com perspicácia o espírito da competição. Colocou Figueiredo num pódio onde os lugares do segundo e terceiro colocados estão vazios. A charge sintetiza a importância que o Pasquim atribui ao general do MDB. Nesta edição, Euler aparece como no pódio citado – ou seja, não aparece. Sua presença, proporcional à participação no episódio eleitoral, é praticamente nula. Noutra charge, Duayer mostra por que Figueiredo chegou sozinho ao pódio. Ele diz a um rebanho de ovelhas: “Meus amigos, eu nunca duvidei do apoio de vocês” (p. 9).

De fato, o colégio eleitoral se comportou com disciplina – mais do que alguns pelotões teriam se Euler vencesse. Mesmo com a promessa de abertura, talvez não lhe dessem posse. É o que se depreende do texto de Ivan Lessa: “Só há duas opções – vitória democrática ou golpe”. A ilustração de Redi mostra uma espada em pé, ao lado de uma urna e apoiada nela (p. 32). O recurso ao emprego da força não estava descartado por alguns segmentos das forças armadas. Segundo Fausto Wolff, o próprio Figueiredo declarou que, no caso do MDB vencer as eleições de 15 de novembro e somar à vitória a problemática da Constituinte, a coisa explode e “eu expludo [sic] junto e vamos para um regime muito pior do que este” (p. 23).

5.2.1.3 A campanha

Figueiredo não era exatamente um candidato – essa era “a maneira oficial de dizer” (PILAGALLO, 2002, p. 136). Segundo Jaguar, ele “cansou de dizer que não queria ser eleito” (p. 5). Na campanha, reafirmou seus propósitos de governo – embora não estivessem muito claros nem para ele mesmo. Fausto Wolff registra algumas considerações sobre a gestão do general eleito: “No seu governo se plantará mais, embora ele ainda não saiba como”; Ele se pergunta “como fará para estancar a dívida externa”; “Não sabe o que vai fazer no seu governo, mas garante que nós (o povo) ainda vamos ver” (p. 23).

A principal diretriz de Figueiredo parecia ser a sua intenção de promover a abertura. O assunto, ironizado em charges de Mariza e de Mariano (p. 6), é abordado nos títulos das cartas, criados por Pedro Ferretti (p. 2). Roberto Moura temia que a abertura não acontecesse: “Figueiredo diz que abre. O que preocupa são os que estão com Figueiredo e não abrem” (p. 5). O cavalariano – que durante a campanha foi tanto à igreja que o assunto mereceu comentário na edição anterior – mandou que repórteres fossem perguntar ao “papai do céu” se o seu sucessor seria eleito pelo povo. A informação é de Fausto Wolff (p. 32).

5.2.1.4 **Os partidos (e os) políticos**

Fausto Wolff denuncia o uso, por Geisel, de meios pagos pela nação – e não por um partido – para fazer propaganda da Arena, contrariando a lei (p. 23). Por falar em pagamentos, no “show” do colégio eleitoral cada “eleitor” recebeu 15 mil cruzeiros – o fato é apontado por vários colaboradores do jornal. Mesmo assim, houve 3 abstenções na Arena e 4 no MDB. Jaguar “homenageia” esses últimos com seu personagem “Gastão, o vomitador”, dedicando-lhes “a vomitada da semana” (p. 8).

O governo, prevendo derrota em 15 de novembro, pretende extinguir a Arena e o MDB e “adotar uma solução semântica: só poderiam funcionar as organizações políticas denominadas partidos” (p. 5). Figueiredo não estava muito preocupado com as agremiações partidárias. “Disse que depois de eleito será o dono da bola, e se os políticos jogarem mal botará a bola debaixo do braço e sairá de campo, acabando com a brincadeira”, afirma Fausto Wolff (p. 23).

5.2.1.5 **O candidato**

A truculência atribuída a Figueiredo também está presente no conteúdo desta edição do Pasquim. Uma charge de Mariano mostra que uma notícia desagradável pode ter, para o leitor, o efeito de um coice: o leitor de um jornal que traz a manchete “Figueiredo foi eleito”

tem, no lugar da boca, o desenho de uma ferradura (p. 2). Existem, ao longo da edição, várias referências às declarações do próximo presidente – principalmente a que fala em “prender e arrebentar”.

Figueiredo recebe críticas pela beligerância e é ridicularizado pelas declarações que profere. Segundo Fausto Wolff, ele dissera que “o povo brasileiro não pode votar bem pois não tem noções de higiene” e que “se envaidece de ser grosso”. Apesar de considerar-se um intelectual, escreveu versos sem nenhum conteúdo, que Wolff reproduz em sua coluna (p. 23). Ivan Lessa, na seção *Gip-Gip Nheco-Nheco*, escreve: “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança. Deus escreve certo por linhas tortas. O estilo é o homem. Agora explica isso”. O homem em questão é desenhado por Redi (p. 32). Embora as feições não permitam identificar quem quer que seja, o tipo físico é bastante assemelhado ao de Figueiredo.

* * *

João Figueiredo governou o Brasil até março de 1985 e morreu em 1999. O papa João Paulo II, escolhido na mesma semana que ele, permaneceu à frente da Igreja até o fim de sua vida. Morreu em 2005, quando o Brasil já estava sendo governado por um ex-torneiro mecânico.

5.3 O PASQUIM 21 - Edição 36, de 22.10.2002 (43ª semana de 2002)

Esta foi a última edição d'O Pasquim 21 antes do segundo turno da eleição presidencial de 2002. Os jornalistas do Pasquim usavam dissimulação e subterfúgios para publicar o que a grande imprensa não divulgava. Escrevendo nas entrelinhas, transmitiam suas próprias opiniões, de contestação ao regime. N'O Pasquim 21, isso acontece abertamente. Vários colaboradores revelam em quem irão votar – a maioria em Lula, com poucas exceções. O editor-superintendente é Ziraldo; o editor-chefe é seu irmão Zélio.

O jornal, em formato *standard*, tem visual mais atraente que o Pasquim, devido ao uso de cor⁹ e aos recursos que permitem melhor diagramação e acabamento. No Pasquim, cada página envolvia todo um cuidado estético, artístico; O Pasquim 21 torna isso mais evidente. A começar pelo tamanho, quase uma “fixação” de Ziraldo.¹⁰ É nas seções de humor gráfico que se percebe o quanto o formato *standard* contribui para uma melhor apresentação. A página maior possibilita melhor aproveitamento, num jornal onde artista é o que não falta.

O Pasquim 21, normalmente, traz na capa a caricatura de alguém que esteja em destaque (na política, na cultura...) ou do entrevistado da semana. A capa da edição 36, nesse momento decisivo para a democracia brasileira, é um pouco das duas coisas. O entrevistado é José Dirceu, que na caricatura de Aroeira ocupa quase toda a capa, formando dupla sertaneja

⁹ A cor, nas capas do Pasquim, foi introduzida em 1982. (REGO, 1996, p. 79)

¹⁰ No *velho Pasca*, Ziraldo insistiu até conseguir transformar o jornal tablóide em *standard*. O formato grande durou cinco meses – de dezembro de 1981 a maio de 1982. (BRAGA, 1991, p. 116)

com José Genoíno. A manchete: “Zé Dirceu & Genoíno: vamos ter que agüentar quatro anos desta dupla”.

O Pasquim 21 tem seções do antigo Pasquim – algumas mudaram de nome. A seção *Tox* substitui as antigas *Dicas*. A marca da oralidade está presente também no novo título: ‘dica’ é gíria para ‘indicação’; ‘tox’ são ‘toques’ da *patota*. (Que gíria terá substituído essa, hoje em desuso? Galera?) Eles continuam se comunicando através do jornal, com recados de uns para os outros e referências recíprocas, a exemplo do que faziam no Pasquim. A ausência de companheiros da antiga equipe – foram dezenas, talvez centenas de colaboradores, em mais de 20 anos – ocasiona eventuais referências a amizades antigas e eventos passados. Durante a entrevista, por exemplo, José Dirceu falava de campanhas eleitorais, quando foi interrompido por Quartim de Moraes: “Aí a gente cai em uma democracia” (p. 14). É uma referência a um editorial de Millôr Fernandes que ficou famoso.¹¹

De 25 referências ao tema eleitoral, 21 são consideradas unidades de registro, compondo o *corpus* deste trabalho. Nesta etapa da análise, as referências à eleição estão classificadas de acordo com as mesmas categorias usadas nas duas edições do Pasquim.

¹¹ Publicado na primeira edição da revista Pif-Paf, em maio de 1964, sob o título “Advertência”, o editorial dizia: “Quem avisa amigo é: se o governo continuar deixando que certos jornalistas falem em eleições; [...] continuar deixando que alguns políticos teimem em manter suas candidaturas; [...] dentro em breve estaremos caindo numa democracia” (KUCINSKI, 2003, p. 49).

5.3.1 CATEGORIAS

5.3.1.1 O regime

Na eleição de Figueiredo, o país estava sob intervenção militar há 16 anos. Em 2002, 13 anos passados do fim da ditadura, os brasileiros podem escolher o presidente. De 1989 a 2002, Lula disputou todas as eleições – esta é sua quarta tentativa. Se eleito antes, poderia ter encontrado obstáculos à posse. Em 2002, esse risco inexistia; a democracia está aparentemente consolidada. Mesmo assim, uma professora ouvida pelo jornalista Marcelo Auler para a matéria diz temer “uma possível reação da direita ao Lula. Vão tentar arrumar alguma coisa contra ele” (p. 16).

A legislação eleitoral, mais rigorosa do que nas eleições anteriores, proíbe que emissoras de televisão possam escolher as imagens mais favoráveis de seus candidatos preferidos, durante os debates. O debate é uma espécie de “palanque eletrônico”, dado o alcance da mídia televisiva. O tempo é dividido de forma rigorosamente igual; noticiários têm que obedecer ao mesmo equilíbrio. Uma charge de Nani mostra as armadilhas que um debate pode reservar: o anjo da guarda de Lula despeja cascas de banana sobre Serra; o anjo deste despeja sobre Lula (p. 9). Cada pergunta, num debate, é uma tentativa de fazer o candidato adversário “escorregar” na resposta.

5.3.1.2 O oponente

Junto à seção de cartas dos leitores, a cada semana Aroeira publica uma charge. A dessa edição mostra José Serra suando: “Eu tou com medo! Muito medo... medo de perder a eleição!” (p. 2). Refere-se à veiculação, no horário eleitoral gratuito, do depoimento da atriz Regina Duarte, dizendo-se com medo da vitória de Lula.

“Tudo sobre o medo” é a chamada na capa para a matéria onde Marcelo Auler registra vários depoimentos. No texto, o psicanalista Luiz Alberto Py diz que “faz parte você não vender somente o que é bom no seu candidato, mas vender o outro como ruim” – ele não acha isso antiético, mas sim desespero. Para D. Mauro Morelli, bispo da Igreja Católica, “assim como o povo brasileiro venceu a ditadura militar, agora também vamos vencer a ditadura econômica. Sem medo”. O arquiteto Oscar Niemeyer tem medo de que o Brasil continue aceitando as ameaças norte-americanas de implantação da Alca: “Eu quero mesmo é mudar esta *merda* de regime capitalista. O capitalismo já acabou e o Bush é um *f.d.p.*”. Auler ouviu, ainda, um advogado, uma professora, um humorista do **Casseta&Planeta**, uma pensionista, um pipoqueiro, um contador, uma secretária, uma socialite, um ex-jogador de futebol e um sociólogo (p. 16).

Na seção de Sérgio Augusto, balões de fala são aplicados a dois idosos, dentro de latas de lixo. Diz ele: “Ela também tem medo do Lula”. Ela concorda: “Claro! Eu não quero perder o que a gente conquistou nos últimos oito anos!” (Na propaganda eleitoral, Regina Duarte usou a expressão “lata de lixo”, que é onde o jornalista diz que a atriz quer ver a esperança de milhões de brasileiros.). Ele questiona: “Do que uma atriz tão rica (e bolha)

como a Regina Duarte tem medo”, se até Fernando Henrique condenou os que exploram o medo do resultado das eleições? Sérgio Augusto cita Jorge Furtado, que publicou um texto na internet: “É compreensível que as elites de sempre e os agiotas da hora lutem bravamente para manter seus lucros exorbitantes no país mais injusto do planeta. [...] Regina poderia ter encerrado sua carreira com um papel melhor do que o de porta-voz da covardia” (p. 4).

Ziraldo ironiza: Lula vai ganhar, o Brasil vai acabar, morrer. Regina, de namoradinha do Brasil, passará a viuvinha. Ele defende o direito da atriz de desempenhar seu papel, e o dos humoristas de “cair matando. Esta é a função do humor e é disso que este jornal é feito”, afirma (p. 5). Nas páginas 6 e 7, há charges de vários artistas sobre o medo.

Um espaço de humor permanente é a seção *As velhotas*, sempre com uma charge de Ota. Neste número, duas senhoras assistem a um tiroteio. Uma comenta: “Esses malfeitores estão desesperados! Sabem que a causa deles está perdida, e atiram pra tudo que é lado”. A outra: “Você está falando do poder paralelo ou do pessoal da campanha do Serra?”. Silvio Lach define o “cheque Serra: aquele cheque que bate no caixa, bate no assistente, bate no gerente e, depois, bate na conta” (p. 20).

Para Fritz Utzeri, a passagem de Serra pelo Ministério da Saúde foi “desastrosa”, tanto para a indústria quanto para os consumidores de medicamentos (p. 5). Mesmo os inimigos reconhecem que como ministro ele teve alguns méritos, “embora não seja toda essa Brastemp que alega ser”. Sobre o candidato, Utzeri avalia que “quanto mais o Zé Serra aparece na tv, mais antipático fica”, revelando “sua cara feia, terrorista, sua cara antidemocrática. A cara da aliança com os banqueiros que vem sacaneando este país há anos”. Por ter participado do governo de Fernando Henrique, Serra é co-responsável pela “recessão,

fome, corrupção e subserviência”. Fritz traça um perfil nada elogioso do *tucano*: “Autocrata, prepotente, arrogante, intolerante”; maltrata os subordinados; não é suportado por quase ninguém. “Outro burro instruído para substituir o nosso príncipe dos (s)ociólogos”, alfineta. Para ele, o programa eleitoral de Serra parece “samba de uma nota só, que fala o tempo todo em Lula, o que já é um erro primário de comunicação” (p. 10).

Na entrevista, José Dirceu, recém-eleito deputado federal (PT-SP), afirma que “quem está dirigindo a campanha de Serra é o FHC. Não é mais o Nizan. Não é mais o Nelson Biodi, não é mais o Serra. [...] Só não vê quem não quer” (p. 14). Marilda Varejão, uma das entrevistadoras, acha isso ótimo, “porque está provado que ele mais desagrega do que agrega” (idem). Fernando Henrique, aparentemente nada temeroso na charge de Jean, pede a Serra uns adesivos, que usa para fixar à parede um cartaz da campanha de Lula (p. 3).

5.3.1.3 A campanha

Em artigo sobre o segundo turno da eleição para governador do Rio de Janeiro, Jesus Chediak comenta que “a onda popular do *Lulinha paz e amor* é a indicação de que o pesadelo do domínio da elite neoliberal acabou” (p. 11). Fritz Utzeri descreve sua percepção da campanha petista: “Duda Mendonça ignora solenemente o *tucano* e mesmo quando mete o pau, evita citar o nome dele”. Diz que Lula aparece cercado de “impressionante coleção de PhDs, provavelmente a melhor reunião de cabeças pensantes que um político poderia reunir” (p. 10). A campanha, nesse aspecto, tenta resolver um problema ocorrido em eleições que ele

disputou anteriormente: a rejeição ao candidato por ele não ter formação acadêmica ou falar outros idiomas.

Angela Dutra de Menezes vê Lula como o virtual eleito, já. O segundo turno é, para ela, somente um ritual inevitável (p. 3). Para Zélio, a polarização entre propostas e idéias opostas levou o eleitor a uma escolha mais fácil (p. 3). Silvio Lach, ao enumerar os tipos de cheque, define o “cheque Lula: você apresenta a primeira vez, ele não entra. Apresenta a segunda, não entra. Apresenta a terceira, não entra. Na quarta, quem sabe?” (p. 20).

José Serra queria que fossem realizados 3 debates no segundo turno; Lula queria apenas 1. Não há tempo para realizar mais, segundo Dirceu, que conclui: “O Serra não tem nada a perder”. Numa página inteira, 5 charges e uma tira sobre o assunto. A insistência de Serra por mais debates foi traduzida por Rucke: uma mulher pergunta o que o marido está vendo na tv, ele responde: “O Serra se debatendo!” (p. 36).

O fato de Lula ter bebido vinho Romanée-Conti, marca bastante cara, foi explorado na campanha. Segundo Nani, custa 7 mil reais a garrafa (p. 9). Mauro Santayana deseja que “o domingo que vem [dia da eleição] seja o mais belo domingo do ano”, e que “a água das torneiras, de que se servem os pobres, tenha o sabor de um legítimo Romanée-Conti” (p. 8). Fausto Wolff, com o pseudônimo Nataniel Jebão, escreve a coluna *Nossa Sociedade*. O pseudo-colunista declara que “estou com meu herói Elio Gaspari e não abro: Lula vai perder todos os votos que ganhou porque experimentou Romanée-Conti, vinho que não é pra bico de sapo barbudo” (p. 24).

5.3.1.4 Os partidos (e os) políticos

Angela Menezes considera Dirceu e Genoíno “as supernovas estrelas do PT”. Sobre o primeiro, presidente do PT e – segundo ela – *alter ego* político de Lula, diz: “No mínimo, será o chefe da Casa Civil”. Prevê para ele uma “missão quase impossível”, embora avalie que o governo Lula contará com o apoio de uma forte bancada no Congresso. Uma “onda vermelha começa a mudar o Brasil”, diz ela, que declara não votar no PT (p. 3).

O entrevistado da semana, José Dirceu, foi preso pelo regime militar e torturado. Depois do exílio, retornou ao país com nome falso e o rosto modificado por uma cirurgia plástica feita em Cuba. Foi um dos anistiados em 1979. Aos entrevistadores, declarou: “O Brasil está se transformando em uma democracia partidária”. A pergunta de Ziraldo já embute sua opinião a respeito do quadro vigente: “E esse pluripartidarismo desenfreado brasileiro?” (p. 15).

Zélio demonstra contentamento: “Finalmente, depois de longa espera, as oposições estão reunidas, como sempre sonhou o velho e bom Leonel Brizola”, e por certo e por sorte a liderança dessa nova ordem caberá aos trabalhadores. Prevê que “os novos quadros administrativos ainda inexperientes na lida com a máquina oficial encontrarão dificuldades, assim como a máquina também terá dificuldade em entender as novas ordens e os novos rumos” (p. 3).

Entre as possíveis “Razões para votar no Serra”, Emir Sader inclui a preferência pela aliança PSDB-PFL-PMDB-PPB no governo. Ou por um candidato de direita. Enfim, “razões

suficientes para fazê-lo”. Em Lula, pode-se votar por preferir o PT como partido governante ou por “não agüentar mais o governo de Fernando Henrique Cardoso e as elites tradicionais que o apoiaram sempre” (p. 22).

5.3.1.5 **O candidato**

Fausto Wolff conclama: “Votem no Lula, pois só nos veremos depois das eleições, finalmente, com um governo que não odeia o povo que o sustenta” (p. 23). As referências ao candidato petista trazem, em sua maioria, a simpatia dos seus autores. Numa charge de Biratan, Lula aparece com uma faixa presidencial onde se lê “namoradinho do Brasil”, diante do olhar irado de Regina Duarte (p. 6).

Referindo-se ao medo desta, Sérgio Augusto reproduz o texto que Jorge Furtado publicou na internet. Um trecho alude à mudança de Lula – a atriz dá a entender que o que ele diz hoje é diferente do que ele dizia antes. “Fato que o próprio Lula não cansa de lembrar. Assustador é quem não muda nunca”, diz Furtado. Lula mudou, segundo os que o criticam, para atender somente a uma demanda mercadológica. A imagem do “Lulinha paz e amor” – é assim que o jornal se refere a ele, ao longo da campanha – seria uma formulação de seus marqueteiros.

Mauro Santayana, na seção *Almanaque*, usa a poesia de Antonio Gonçalves da Silva, o Patativa do Assaré, para atribuir a Lula o conteúdo de seus versos: “Quero um chefe brasileiro / Fiel, firme e justiceiro / Capaz de nos proteger” (p. 8). O chargista Mariano mostra Lula carregado por uma multidão, “nos braços dos povo” (p. 30).

5.4 O PASQUIM 21 - Edição 37, de 29.10.2002 (43ª semana de 2002)

A primeira edição d'O Pasquim 21 após o segundo turno da eleição presidencial de 2002 trata quase que exclusivamente da vitória de Lula – a maioria dos jornalistas festeja.¹² Parafraseando Jarbas Passarinho ao apoiar o AI-5, o jornal “manda às favas todos os escrúpulos” de objetividade. É como se dessem vivas à parcialidade. O pasquim faz festa, vibra e dá as boas-vindas a Lula. Como dizia Paulo Francis, o jornal está totalmente “inserido no contexto”.

A manchete “Conheça melhor quem vai nos governar – Lula, o metalúrgico” ocupa a metade superior da capa. O antigo apelido, há anos incorporado ao nome, aparece em destaque, ocupando quase todo o espaço. Abaixo de uma foto de quando ainda se chamava Luiz Inácio da Silva, o jornal avisa que reproduz, “na íntegra, a primeira entrevista nacional de Lula (dada ao Pasquim em 1978)”.

Na metade inferior da capa, a caricatura de um Lula “bicho-grilo” representa a imagem adotada na campanha, de serenidade e não-beligerância. Forma, com os dedos, um ‘V’ que simboliza “paz e amor”, mensagem de origem *hippie*, e, ao mesmo tempo, a vitória. A curvatura de um dos dedos, parecendo o número ‘3’, forma, com o outro, a dezena ‘13’, da legenda petista. Tem os pés descalços, sobre um tapete vermelho com formato de estrela. A autoria é de Jean.

¹² A exceção são os que escrevem sobre temas específicos, como Newton Carlos, sobre política internacional; Ana Maria Santeiro, sobre artes plásticas; etc. O autor desta monografia, que comoveu-se com a eleição do petista, se emocionou ainda mais ao ler o jornal. Ver estampada no jornal essa conquista, há muito sonhada, foi a melhor comemoração.

A capa traz, ainda, chamada para a vitória de Lula vista por Mino Carta, Ziraldo, nove colaboradores regulares do semanário e “muita gente mais que vê na frente” e, também, para as “boas-vindas ^(*) de todos os cartunistas da casa ao novo presidente”.

O avanço tecnológico levou o jornal a um nível de especialização profissional que exige colaboradores que usem e dêem suporte às ferramentas de editoração eletrônica. De acordo com o expediente, quatro pessoas são responsáveis pela diagramação, enquanto duas outras respondem pela secretaria gráfica. ¹³ Parte do conteúdo do jornal é divulgada na internet, no site www.opasquim21.com.br. Em decorrência disso, o nome é grafado, na capa e no expediente, como OPASQUIM21.

Na seção de cartas, referências dos leitores à temática eleitoral são freqüentes. [As cartas não são analisadas por não serem de autoria dos que fazem o jornal.] Uma merece registro: um leitor se diz espantado com a participação de Dalcio Machado em uma capa da revista Veja, que segundo ele “mais uma vez faz o jogo sujo”. Na resposta, Dalcio diz que esse é seu trabalho, vive dele e o fez como profissional – no caso, apenas como ilustrador. “Não é charge, não é autoral”, diz Dalcio, que esclarece: “Voto e sempre votei no Lula”.

Das 25 referências identificadas com o tema eleição presidencial, 22 são consideradas unidades de registro, fazendo parte do *corpus* desta pesquisa.

5.4.1 CATEGORIAS

^(*) “Por enquanto”, diz uma espécie de ‘nota de rodapé’, na parte inferior da capa.

¹³ Nas duas edições de 1978 analisadas neste trabalho, há referência no expediente a três colaboradores, que fazem a “paginação e montagem”.

5.4.1.1 O regime

Marcelo Auler, na seção *Tox*, registra que a liberdade de imprensa, cláusula pétrea da Constituição, foi desrespeitada por um juiz eleitoral. Apesar de sua função de fazer cumprir as leis, atropelou-as: impediu o Correio Braziliense de divulgar alguma informação (não esclarece qual). Afirma que, “pelo jeito, voltamos ao período das trevas, quando as leis serviam apenas aos inimigos” (p. 5). O fato encontra-se tão distante da prática dos jornalistas que merece o destaque dado por Marcelo. A Constituição Federal, em seu artigo 220, diz que “a informação não sofrerá nenhuma restrição”. O parágrafo 2º proíbe a censura política, ideológica e artística (CHINEM, 2004, p. 139).

5.4.1.2 O oponente

O discurso de José Serra, no primeiro turno, teve como ponto central o argumento de que ele teria mais preparo e experiência para ser presidente. No segundo turno, ocorreram mudanças de tom. Segundo Mauro Santayana, a responsabilidade é do deputado *tucano* José Aníbal. “Derrotado fragorosamente em São Paulo, onde ficou na rabeira dos candidatos ao Senado”, assumiu a campanha e passou a pautá-la pela atitude “macartista” contra Lula. Acuado, cansado e perplexo, Serra “acabou aderindo à grande bobagem” (p. 5). Ao afirmar

que a onda “não é vermelha, é verde-amarela”, ele recorreu ao que Fritz Utzeri chama de “anticomunismo primário e de má fé” (p. 22).

A acusação tem, pelo menos, um precedente histórico. Na eleição presidencial de 1989, Collor de Mello afirmou que, caso eleito, Lula confiscaria a poupança dos brasileiros. Ele próprio acabou fazendo isso, tão logo tomou posse. O “caçador de marajás” conseguiu eleger-se como o anti-Lula. Mário Amato, presidente da Fiesp, a Federação das Indústrias de São Paulo, ajudou a interromper o crescimento do PT amedrontando o eleitorado. Amato declarou que, em caso de vitória do petista, 800 mil empresários deixariam o país. Ao adotar estratégia similar, José Serra não obteve resultado semelhante. Ao contrário: o efeito da derrota aparece na charge de Rucke, onde Serra, num leito hospitalar, recebe soro enquanto um médico comenta com outro: “Já tá na hora de liberar este leito” (p. 23).

O medo, tema introduzido na campanha por Regina Duarte, continua servindo de mote a vários colaboradores do jornal. Esmeralda Hanah diz que, por temer Fernando Henrique Cardoso e o que ele representa, votou no PT (p. 5). Referindo-se a ataques à baixa escolaridade do petista veiculados na propaganda eleitoral – argumento que Fernando Henrique considerou inapropriado –, Sílvio Lach sugere um *slogan* para a próxima eleição: “Presidente tem que saber falar português. Vote Serra em 2006” (p. 23).

As agressões da campanha de Serra, se não geram o contragolpe também violento, provocam reação avassaladora nas urnas. O eleitor, aparentemente, valoriza o “pacifismo” de Lula. Ao transpor a questão para uma história em quadrinhos, Nani condensa a reação petista e a popular num só gesto, dando a entender que o troco foi pago na mesma moeda. Tal como teria feito Davi, Serra arremessa uma pedrinha contra o gigante Golias, personificado por

Lula. A reação é proporcional ao tamanho deste último, que joga sobre o agressor uma enorme pedra, esmagando-o (p. 9).

A influência do presidente da República sobre a candidatura *tucana* aparece numa charge de Gilmar. Fernando Henrique arruma a mala, preparando-se para deixar o cargo, enquanto um televisor mostra Lula, eleito, sendo aclamado por populares. Junto com seus pertences, ele guarda também um José Serra inerte – aparentemente, é um boneco (p. 8). Por paradoxal que pareça (após dois mandatos de FHC, o desemprego é enorme), Serra prometeu gerar milhões de empregos. Sílvia Lach ironiza a proposta: “Vê aqui n’O Pasquim 21 quantos empregos você gerou. Foi o recordista de charges do jornal, cada uma melhor do que a outra. Pegar no pé do Lula não vai ser a mesma coisa” (p. 23). A opinião de Lach não se confirmaria. Já a partir da eleição, mesmo antes da posse, assuntos como nomes de integrantes do futuro governo e política econômica foram, desde logo, objeto de duras críticas de integrantes do jornal. Além desses, Lula passou imediatamente a ser alvo do “fogo amigo” da equipe do Pasquim.

5.4.1.3 **A campanha**

A julgar pela avaliação de Angela Dutra de Menezes, a campanha de Lula não poderia ter sido mais vitoriosa: ele teve a “imensa maioria dos votos”. A eleitora declarada de Serra afirma que “nunca houve na História mundial um presidente que chegasse ao cargo com tanto apoio popular e tão forte bancada no Congresso”. Torce para que as propostas de Lula se

realizem, mas duvida que isso aconteça, “mesmo que parcialmente”. No âmbito interno, justifica sua opção por Serra com a aposta na estabilidade política que Fernando Henrique Cardoso, “queiram ou não seus inimigos, sedimentou”. No cenário externo, o motivo de sua escolha foi “a tão falada globalização” – ela quer um presidente com “bom trânsito internacional”. A declaração de Angela revela que nem só artistas são medrosos: “Ensinaram-me a ser racional e a temer a passionalidade” (p. 3).

A paixão, temida pela jornalista, empolgou o eleitorado. No caso de Airon, esse sentimento está expresso numa charge, onde vemos FHC e Lula de costas. Estão em posição de sentido, diante da bandeira brasileira. Nas costas de Fernando Henrique, à altura das nádegas, a marca de um pé; em Lula, no mesmo lugar, a marca de uma mão espalmada (p. 5).

Mas a paixão não fica restrita à ficção. Na vida real, ela aconteceu no “caloroso encontro que Lula manteve com artistas e intelectuais no Canecão”, relatado por Arthur Poerner: “Inteiramente à vontade com os maiores nomes e expressões da cultura do país, ele estava ainda mais emocionado do que qualquer um de nós, tanto que chorou três vezes”. Ouviram-no com respeito e ternura, relata (p. 20).

5.4.1.4 **Os partidos (e os) políticos**

Encabeçando a coluna *Tox*, Luís Pimentel expõe seu dilema: agora que Lula “chegou lá”, o que fazer para continuar sendo oposição? (p. 5). É um ponto de vista anarquista e insubmisso, adaptado da expressão *si hay gobierno, soy contra*. Lula, na segunda edição d’O

Pasquim 21, de 26 de fevereiro de 2002, diz que o PT tenta fazer o percurso inverso: “É um partido que nasceu oposição para chegar à situação”. Por isso, aproximou-se do PL, explica (p. 16). O PT passou a receber críticas por fazer o que, no passado, o criticavam por não ter feito: aliança com o centro.

Na avaliação de Emir Sader, “o povo se manifestou em torno da grande polarização que se instalou no país desde 1989 – com o segundo turno entre Lula e Collor – e o fez majoritariamente a favor de um desses pólos”. Para o sociólogo, o triunfo petista representa “o potencial democrático e popular da esquerda, renovada em sua linguagem, sua capacidade de alianças e, portanto, em seu potencial hegemônico de se tornar o eixo das forças que desejam romper com o neoliberalismo” (p. 20).

Em um longo artigo, Fritz Utzeri discorre sobre a eleição. Ele acredita que a principal novidade da campanha do PT foi a aliança com um setor da classe dominante, “explorando e aprofundando uma contradição no seio da elite econômica”. Com a vitória, o PT tornou-se o maior partido do Brasil. Suas alianças políticas são mais amplas que as conseguidas por Serra. O apoio de Maluf e Sarney “não dói nem prejudica”, diz Utzeri. Para ele, havendo aproximação política ou acordos, “o estelionato eleitoral estaria caracterizado” (p. 22). A posição do jornalista não parece ser compartilhada pelos colegas do jornal – ao menos, não o demonstram. Ou reconhecem a necessidade de acordo com partidos antes adversários para assegurar a governabilidade – e calam sobre o assunto –, ou estão a tal ponto empolgados com Lula que esquecem, nesse momento, toda e qualquer adversidade. A viabilidade do novo governo dependia de múltiplos acordos. Apesar dos milhões de votos a mais que Lula obteve, no Congresso mais da metade das bancadas foi conquistada pelos

aliados do governo anterior: PSDB, PFL, PMDB e PP (Partido Progressista) (PRIORE e VENÂNCIO, 2004, p. 392).

5.4.1.5 **O candidato**

Na caricatura da capa, um Lula “zen”, com uma flor na boca, faz o gesto de “paz e amor” e pergunta-se: “Será que eu mudei?”. A flor responde: “Pouco! De operário para presidente!”. O quanto ele mudou pode ser avaliado através da entrevista citada na capa e transcrita em cinco páginas. O jornal apresenta a capa da revista Istoé, que em fevereiro de 1978 trazia perfil e entrevista de Lula, e do Pasquim, que um mês depois estampou na capa a foto do então sindicalista.¹⁴ Mino Carta relata que, à época, já via nele “uma figura de grande porte, destinada a crescer. QI muito alto, vocação política pronunciadíssima, destino de líder, idéias simples e límpidas, sentimento idem. Um protagonista. Para a ribalta” (p. 3).

As boas-vindas a Lula (“por enquanto”), anunciadas na capa, são apresentadas na forma de 37 caricaturas. “Vale como homenagem”, diz o texto, com a ressalva de que alguns “ainda vão ter que treinar muito pra acertar o seu Lula oficial”. Há variadas alusões: Lula “paz e amor”, operário, Cupido, motoqueiro (“Com destino”) (p. 6 e 7). Nani apresenta múltiplos

¹⁴ “O velho Pasquim, de vez em quando, era editado por um de nós”: Tarso, Sérgio Cabral, Jaguar, Millôr, Henfil, Sérgio Augusto, Ivan Lessa, Dines. “Em março, por coincidência, quem estava sentado à mesa do editor, era eu”, diz Ziraldo (p. 13).

usos para a faixa presidencial: Lula aparece pulando corda e pescando com ela, além de usá-la como cachecol, rede de dormir, etc. (p. 9).¹⁵

No encontro de Lula com artistas e intelectuais, estes não tinham a “preconceituosa e neurótica preocupação” dos que vivem procurando erros de concordância nos seus discursos, diz Arthur Poerner. Para ele, “falhas na avaliação ou no enfoque políticos é que são graves num presidente”. Se o domínio do idioma e títulos universitários fossem essenciais para a governança, ao final dos mandatos de FHC o país estaria melhor, opina (p. 20). Aldir Blanc, também presente ao encontro, considera preconceituoso dizer que Lula não está preparado. “Segurar aquele papo sem ponto nas orêias, teleprompter, nem um papelucho na estante, é pra galo – e com um jeitão tranqüilo, meio gozador, cheio de verve” (p. 26).

Ziraldo também participou. Como ele, quase todos os outros presentes estiveram na Passeata dos 100 mil, na campanha das "Diretas-já", na marcha dos caras-pintadas, no enfrentamento com a ditadura, em manifestos na platéia e no palco dos teatros paulistas e nos *aparelhos* em que escondiam seus heróis (p. 29). O poeta Hamilton Pereira da Silva entregou a Lula um documento com propostas de políticas públicas na área cultural. No discurso, citou Vinícius de Moraes (idem):

O operário emocionado
olhou sua própria mão,
sua rude mão de operário.
De operário em construção
e olhando bem para ela
teve um segundo a impressão

¹⁵ Figueiredo tomou posse em janeiro de 1979, garantindo uma abertura em direção à democracia. “Para saber se era verdade, o *Pasquim* fez logo 50 caricaturas dele. Todas foram publicadas sem problemas.” (REGO, 1996, p. 73). Não se tratava, evidentemente, de uma homenagem.

de que não havia no mundo
coisa que fosse mais bela.

O *pôster dos pobres* traz o retrato de Lula com a faixa presidencial, com a sugestão de que seja usado como a foto oficial – “mesmo!”, diz Ziraldo. A autoria é de Aroeira (p. 12). Enquanto desenhistas o retratam, articulistas traçam seu perfil. Fernando de Castro diz que “ao seu favor, pesa uma bandeira provadamente honesta, e contam-lhe imensos créditos o caráter dos homens que lhe cercam, abraçados agora ao manual de bons modos políticos do Duda Mendonça, é verdade, mas isso pouco importa” (p. 20).

Marcos Caetano, em “Carta ao Presidente Lula”, constata como é fabulosa a sensação de “poder escrever para um presidente da República que, além de leitor do Pasquim – coisa impensável desde que a primeira encarnação deste heróico semanário foi às bancas nos anos 70 – ainda nos permite tratá-lo pelo apelido” (p. 25). Não é a primeira vez que o jornal refere-se ao fato de poder incluir Lula entre seus leitores. Em edições anteriores, algumas vezes Ziraldo e Fausto Wolff deram a mesma informação, chegando a dirigir-se diretamente a ele.

Mauro Santayana atribui a Lula uma grandeza considerável: “É um dos cinco mais importantes líderes políticos brasileiros dos últimos cem anos”, ombreando-se com Luís Carlos Prestes, Getúlio Vargas, Tancredo Neves e Juscelino Kubitschek. O grande mérito de Lula, para ele, é ter mostrado aos pobres e aos trabalhadores que o poder não é concedido aos ricos pelo direito divino. “A vitória de Lula inaugura o regime democrático no Brasil. Aquela democracia que, na concepção do pensamento político grego, só se completa na igualdade, na isonomia, de todos os cidadãos”. Com a eleição de Lula, o povo brasileiro recobra o

reconhecimento de sua dignidade – afinal, “só é democrático o poder dos pobres”, sentencia Santayana, inspirado no tratado de Aristóteles sobre a política (p. 27).

* * *

Uma charge de Nani mostra a complexidade da empreitada que Lula teria pela frente. Vestido de faxineiro, ele aparece num desenho invertido – com os pés no teto, diz: “Me entregaram a casa de cabeça pra baixo” (p. 9). Fritz Utzeri afirma que foram necessários 502 anos para que um representante do povo chegasse ao poder pelo voto. “Para que a esquerda, enfim, tivesse uma oportunidade de transformar a dura realidade deste país chamado Brasil. Custou, mas valeu a pena”. No entanto, o jornalista prevê dificuldades para Lula: “Acreditem, a coisa está muito feia”. Segundo ele, “só um maluco desvairado pleitearia a presidência do Brasil, tamanhos eram os abacaxis e pepinos acumulados e as bombas prontas para detonar a qualquer momento”. Não é hora de acirrar contradições ou de brincar com o conflito, pois “nisso a direita é bem mais experiente que a esquerda”. Agora é preciso somar forças, fazer política e caminhar rumo a maior justiça e fraternidade. “A oportunidade está aí, não vamos desperdiçá-la” (p. 2).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando um filósofo completa uma resposta, ninguém se lembra mais da pergunta.
(André Gide)

Há bastante tempo, já sabíamos que os dois jornais analisados seriam o objeto de estudo, neste trabalho de conclusão de curso. O principal motivo: os dois *nanicos* são, na verdade, gigantes. Se tivéssemos incluído, entre os objetivos, a avaliação da importância dos pasquins, a tarefa se tornaria inviável. A resposta não caberia nestas páginas, nem em quaisquer outras. Nem nas páginas do Pasquim – *standard* ou tablóide –, nem n’O Pasquim 21. Tal questão restará irrespondida por muito tempo; talvez seja insolucionável. Não imaginamos forma de aquilatar o imensurável. Lamentamos que o delimitador do recorte tenha sido o desaparecimento do jornal.

Isto posto – esclarecido que o pesquisador lança, sobre o objeto, um olhar apaixonado –, cumpre esclarecer o trajeto percorrido, até chegarmos a questionamentos exequíveis. Procurávamos um método que não deixasse a paixão contaminar a pesquisa, que víamos como espaço para exercitar a subjetividade. Isso parecia impossível, até que, em texto indicado por um Professor,¹⁶ descobrimos: **“De certo modo, a análise de conteúdo é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui uma interpretação”** (MORAES, 1999, p. 11) [grifo nosso].

¹⁶ Obrigado, Wladimir Ungaretti.

Em outra aula, descobrimos que “o método é o caminho depois de percorrido”.¹⁷ Assim, decidimos *como fazer*: não definindo um caminho investigativo, mas percorrendo-o. Já sabíamos *onde* pesquisar. Estabelecido o procedimento, restava decidir *o que* procurar. Ou seja: transformar o objeto num problema de pesquisa. Essa decisão seria tomada considerando o direito à subjetividade, defendido por Moraes.

Concordamos com a afirmação de que “a história pode ser revista e reexaminada quando surgem novos dados e novas fontes [...] ou quando o interesse por um tema é redespertado em função de demandas conjunturais” (D’ARAÚJO et alii, 1994, p. 8). Acreditamos que o surgimento d’O Pasquim 21, em 2002, representa, ao mesmo tempo, nova fonte, novo tema e novas demandas.

Strelow e Dornelles justificam a importância do jornal como documento histórico: “Através dele, é possível compreender o cotidiano de uma época, resgatar o contexto e a repercussão de determinado momento da realidade. Isso tudo, é claro, sob o ponto de vista do veículo pesquisado. E a própria ótica do jornal representa um reflexo do período em que foi publicado [...]” (2004, p. 1). As jornalistas e pesquisadoras apontam para a subjetividade de quem faz o jornal:

Quando transformado em objeto de pesquisa científica, o jornal, tão definitivo e estanque, ao primeiro olhar, revela-se vivo e repleto de histórias a serem descobertas por detrás da palavra impressa. O jornalista, enquanto historiador do instante, interpreta os acontecimentos e não apenas os recita. As narrativas jornalísticas, mesmo tendo como norte a objetividade e a imparcialidade, são

¹⁷ A frase, do físico Gaston Bachelard, diz muito mais, sobre a realização do trabalho, do que a própria descrição metodológica contida no capítulo 4, onde a usamos como epígrafe.

espaços de subjetividade. Mediador, o jornalista imprime seu ponto de vista à notícia, mesmo quando não opina (idem, p. 1-2).

Se a história está sujeita à objetividade e imparcialidade, o mesmo não acontece – necessariamente – com o jornalismo. Nossa análise é marcada pela subjetividade porque compartilhamos, com os pasquins, o seu posicionamento – num e noutro momento. Tendo ingressado no curso de Comunicação Social por interesse na interação entre mídia e política, foi a partir dessa relação que estabelecemos o foco da pesquisa. Decidindo investigar de que forma o Pasquim e O Pasquim 21 retrataram as eleições presidenciais, optamos por comparar a cobertura da eleição de João Baptista de Oliveira Figueiredo, em 1978, com a de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

O objetivo principal do trabalho – compreender a cobertura eleitoral por esses jornais – está cumprido na descrição e na análise do capítulo anterior. A contextualização delineada no capítulo 2 permite situar o conteúdo das publicações em relação aos acontecimentos, para analisar seu posicionamento em relação às eleições noticiadas. O conteúdo do capítulo 3 atende ao objetivo específico de contar a história desses jornais. Além disso, tentamos esclarecer questões sobre o jornal:

- O Pasquim 21 era uma continuação do Pasquim?
- O Pasquim 21 pode ser considerado *imprensa alternativa*?

Para encontrar respostas para essas questões, na comparação que usou como técnica a análise de conteúdo, fizemos uma análise qualitativa. Sobretudo no caso d'O Pasquim 21,

onde a pluralidade de opiniões substituiu o combate ao inimigo comum, esse enfoque se revelou mais promissor do que a mera quantificação.

Ao encetar a empreitada, tínhamos em mente a hipótese de que o conceito de Bernardo Kucinski, segundo o qual a imprensa alternativa é, ela própria, um movimento de base, aplica-se parcialmente ao Pasquim e a O Pasquim 21. Kucinski aplica o conceito ao que ele chamou de “jornais alternativos basistas”, onde jovens jornalistas, em busca de trabalho, se articulavam ao movimento de base ou sindical: “Um movimento de base jornalística, cuja reivindicação específica é a de praticar um determinado tipo de jornalismo possível apenas fora do mercado convencional”. Nele, “a prática jornalística a ser alcançada é o seu próprio fim, sendo a transformação da sociedade um de seus valores referenciais” (2003, p. 156).

A parte da definição não-aplicável aos pasquins é onde ele diz que “os jornalistas são os protagonistas principais, valendo-se dos movimentos populares para operar sua auto-realização como jornalistas” e menciona o “caráter paroquial de suas propostas editoriais” (idem, ibidem). Concluída a pesquisa, estamos convictos da adequação do conceito – excetuadas a vinculação aos movimentos citados e as objeções apresentadas.

Zirardo disse, referindo-se à época em que foi lançado o Pasquim, que “a gente não sabia nem quem eram os inimigos” (CHINEM, 2004, p. 92). Logo descobriram. O jornal tinha um inimigo principal: a ditadura. Em compensação, não tinha – no cenário político permitido – nenhum aliado. O general Euler, apoiado pela linha-dura, não era um “amigo”. Naquele momento, impunha-se ser oposição a qualquer dos dois candidatos, ambos generais. Era uma escolha difícil: abertura com Figueiredo, ou oposição com o candidato apoiado pela linha-dura? Poucos no Pasquim tomaram posição a favor de Euler, mesmo assim fazendo

tênue defesa desse personagem, secundário no pleito. Com a recriação dos partidos políticos, o Pasquim rachou. Alguns aderiram a uma legenda; outros ligaram-se a outras – PDT, PMDB, PT...

E n’O Pasquim 21, quem eram os inimigos? Não havia mais um inimigo comum a todos os que faziam o jornal. As edições analisadas mostram apenas o segundo turno da disputa. No primeiro, houve mais do que uma polarização – havia eleitores de Lula e de Serra, mas também os que preferiam, por exemplo, Ciro Gomes. Essa pluralidade, que contrasta com o inimigo único do Pasquim, é uma característica marcante do jornal. O Pasquim 21 tinha um aliado e uma porção de inimigos. Com equipe quase unânime a favor de Lula, o jornal fez campanha explícita, sobretudo nas semanas derradeiras da disputa. Lula era o “amigo” do novo pasquim, mas José Serra não era exatamente “inimigo” – era, no máximo, o adversário do momento.

A comparação possibilita classificar o projeto jornalístico do século 21 não como uma publicação diferente daquela de quem herdou muito mais do que o nome, mas sim como uma tentativa de reeditar o mais importante jornal da imprensa alternativa da década de 1970. (Esta é uma interpretação pessoal, uma resposta subjetiva para uma questão polêmica, de improvável solução e que não é central, para a abordagem empreendida.) Chinem relata que, “em janeiro de 2002, **o mesmo jornal** em formato *standard* ia às bancas um ano depois de ressurgir com o nome Pasquim 21 (referência ao século), tendo Zivaldo e Zélio à frente” (2004, p. 104) [grifo nosso].

A análise de conteúdo, além de comparar a cobertura eleitoral pelos dois jornais, permite classificá-los como integrantes – em sentido amplo – de um jornalismo dito

alternativo. Apesar de não pertencerem ao mesmo ciclo, ambos são alternativos no sentido apontado em dicionários – no Houaiss, “o que tem o poder de alterar”; no Aurélio, a oposição a interesses dominantes (apud KUCINSKI, 2003, p. 13). Chico Junior, um dos criadores do jornal alternativo Repórter, diz que toda a informação na internet, exceto os *sites* dos grandes veículos, é alternativa, no sentido amplo da palavra (CHINEM, 2004, p. 134). O Pasquim 21, também por esse critério, pode ser considerado alternativo. Enquanto existiu, parte de seu conteúdo era divulgado na página www.opasquim21.com.br.

Decorridos três anos da posse de Lula, o governo encontra dificuldades para afirmar suas conquistas – ofuscadas por denúncias de “caixa 2” em campanhas do PT e compra de votos de deputados da oposição. Embora o crime eleitoral de “caixa 2” tenha sido admitido perante Comissões Parlamentares de Inquérito, na Câmara e no Senado, nada ficou provado sobre a suposta compra de votos. Precisamente quando terminamos este trabalho (1º de dezembro de 2005), o deputado federal José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil do governo Lula tem seu mandato cassado. O petista perde, também, pelo prazo de oito anos, seus direitos políticos.

Se as denúncias apresentadas procedem ou não, espera-se que a investigação responda. Convém não esquecer, no entanto, o depoimento da professora ouvida por Marcelo Auler para a matéria da edição anterior à eleição, que diz temer a possível reação da direita. “Vão tentar arrumar alguma coisa contra ele”, disse a professora (O Pasquim 21, edição 36, p. 16). Ainda que nada seja provado, contra o governo, uma coisa é certa: o efeito sobre a sucessão presidencial é inevitável – quiçá irreversível. A esquerda, com Lula, chegou o mais próximo do poder desde que João Goulart foi presidente, há mais de 30 anos.

Em 1964, foi tirada de uma geração inteira a liberdade de poder trabalhar – ou não – pelo país e também o direito de se opor a interesses dominantes. Era “praticamente” proibido fazer política e quase todos desistiram. Alguns saíram de circulação, outros foram retirados. Quem queria fazer algo pelo Brasil só teve essa possibilidade quando acabou a ditadura – como fez o sociólogo Herbert de Souza, por exemplo, o *irmão do Henfil*, com suas ações de cidadania. O quanto mais poderia ter feito, somente pode ser conjecturado.

Assim é na política, também. Lula poderia ter sido presidente antes; depois, talvez, de Leonel Brizola, Miguel Arraes, Juscelino Kubitschek. Poderíamos ter sido poupados de Fernando Collor, José Sarney... Nos anos da ditadura, e durante vários após, houve pouca renovação na política – muitos dos envolvidos no episódio eleitoral de 1978 estavam presentes no de 2002. Uns mudaram de lado; alguns continuam idealistas; a maior parte são *velhas raposas*, como são chamados popularmente.

Os efeitos da ditadura, instalada há quatro décadas, ainda perduram na sociedade brasileira. Este trabalho, em parte, atende ao apelo do professor e jornalista Zuenir Ventura, que em aula magna na UFRGS, em 31 de março de 2004, conclamou: “Devemos lembrar para que ninguém esqueça, para que nunca mais aconteça”. Ao suscitar o vazio causado pela ausência do Pasquim, este trabalho contribui para que o jornal seja mais usado como fonte de pesquisa. Com muita graça, o Pasquim foi um dos jornais mais sérios que o país conheceu.

REFERÊNCIAS

O rastro de uma primeira leitura levará a uma segunda, que nos levará além. (Louis Althusser)

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERTOL, Sônia. **Tarso de Castro: editor de O Pasquim**. Passo Fundo: UPF, 2001.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba...** Brasília: UnB, 1991.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma história**. 2 ed. rev. São Paulo: Ática, 2003.

BUSCHSBAUM, Paulo Eduardo Laurenz. **Frases geniais que você gostaria de ter dito**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CASTRO, Ruy. **Ela é carioca: uma enciclopédia de Ipanema**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHAGAS, Carlos. **A guerra das estrelas (1964/1984) – os bastidores das sucessões presidenciais**. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet**. São Paulo: Disal, 2005.

D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso (orgs.) **Visões do golpe: a memória militar sobre 1964**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 18ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FRANCIS, Paulo. **30 anos esta noite: 1964, o que vi e vivi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____, Elio. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Edusp, 2003.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. In 'Educação', v.22, n. 37, p. 7-32. Porto Alegre, mar.1999.

PILAGALLO, Oscar. **O Brasil em sobressalto: 80 anos de história contados pela Folha**. São Paulo: Publifolha, 2002.

PINHEIRO, Luiz Adolfo. **A República dos golpes (de Jânio a Sarney)**. São Paulo: Best Seller/Círculo do Livro, 1993.

PRIORE, Mary Del e VENÂNCIO, Renato. **Livro de ouro da história do Brasil**. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80. Brasil: quando a multidão voltou às praças**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

STRELOW, Aline do Amaral Garcia e DORNELLES, Beatriz Corrêa Pires. **O jornal: um objeto de pesquisa**. Porto Alegre: IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2004.

ZIRALDO Alves Pinto. **1964-1984: 20 anos de prontidão**. Rio de Janeiro: Record, 1984.

ANEXOS

Jamais diga uma mentira que não possa provar.
(Millôr Fernandes)

ANEXO A – Jornal Pasquim, edição 485, de 13 a 19.10.1978

– Páginas: capa, 2, 5-17, 22, 23, 29, 32

ANEXO B – Jornal Pasquim, edição 486, de 20 a 26.10.1978

– Páginas: capa, 2, 4-9, 18, 19, 23, 27, 29, 32

ANEXO C – Jornal O Pasquim 21, edição 35, de 22.10.2002

– Páginas: capa, 2-11, 13-16, 20, 22-24, 26, 28-30

ANEXO D – Jornal O Pasquim 21, edição 36, de 29.10.1005

– Páginas: capa, 2-9, 12-17, 20, 22-27, 29